

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto de Bolsonaro corta R\$ 22 bilhões em benefícios fiscais..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adversários se unem para frear a PEC 32 - EIXO CAPITAL.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Inflação de energia deve desacelerar em 2022, mas alívio no bolso será parcial.....8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo muda previsões e admite inflação maior..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

PEC 32: a reforma para destruir os direitos de todos (Artigo).....10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Sem política social, apenas interesse eleitoral (Editorial).....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma do RH do Estado é criticada e deve ter novo texto.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conselho da Vale aprova pagamento de R\$ 40 bi em dividendos para acionistas.....15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo propõe corte gradual de R\$ 22 bi em subsídios.....17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Esta reforma tem de ir para o lixo, diz Luiz Felipe d Avila.....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reforma do IR não vai reduzir desigualdade, afirma estudo.....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Chefe do FMI é acusada de turbinar China em ranking.....23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A democracia e a privacidade de dados (Editorial)..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo eleva IOF até dezembro para bancar benefício do novo Bolsa Família.....26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Outra vez, pressões para tabelar os combustíveis - CELSO MING.....28

Sexta-Feira, 17 de Setembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O senhor da inflação (Artigo) 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsonaro aumenta o IOF 32

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Caixa corta juros da casa própria 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Brasileiros estão pessimistas com o futuro 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Além da vacinação (Editorial) 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Rejeição a Bolsonaro segue em alta e é recorde após 7/9, diz Datafolha 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Pesquisa reflete hesitação das instituições sobre Bolsonaro (Artigo) 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Guedes quer o STF contra as oposições - REINALDO AZEVEDO 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Sólida reprovação (Editorial) 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Banco francês vê juro de 10% no Brasil neste ano e defende pagar precatório fora do teto
..... 46

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Aprovação entre evangélicos cai 11 pontos no ano 47

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Professores mal pagos para ensino com pouco investimento por aluno 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Comissão da Câmara aprova parcelamento de precatório 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Em busca da nova 'folga fiscal' - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK 50

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
POLÍTICA

Bolsonaro diz que vetará quarentena para juízes e policiais 51

Projeto de Bolsonaro corta R\$ 22 bilhões em benefícios fiscais

Bernardo Caram e Marianna Holanda

O presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso um projeto de lei para promover um corte de benefícios fiscais superior a R\$ 22 bilhões, informou a Secretaria-Geral da Presidência da República nesta quinta-feira (16).

Chamado de Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais, o projeto prevê um corte de R\$ 15 bilhões em gastos tributários já no primeiro ano de vigência. O valor ultrapassaria R\$ 22 bilhões em anos posteriores por meio da não prorrogação de outros benefícios fiscais.

Os gastos tributários do governo superam hoje R\$ 300 bilhões ao ano, de acordo com a **Receita Federal**.

"O Plano de Redução Gradual torna o sistema tributário mais justo e simples ao eliminar distorções, reduzir benefícios que não atingem finalidades relevantes para a sociedade e encerrar regimes tributários considerados obsoletos", diz o governo em nota.

De acordo com o Planalto, a medida não promoverá nenhuma alteração em incentivos fiscais relativos à cesta básica, ao Simples Nacional, à Zona Franca de Manaus e às bolsas de estudantes, além de não interferir em imunidades tributárias existentes hoje. Essas exceções foram determinadas pelo Congresso e representam metade de todos os gastos tributários existentes hoje.

O projeto reduz de R\$ 667 milhões para R\$ 469 milhões o limite anual de renúncia do governo com redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na importação de autopeças.

Também revoga benefício fiscal que concede abatimento de 70% sobre o IR (Imposto de Renda) devido por empresas em transmissões de obras audiovisuais ou eventos.

Além disso, o texto estabelece que não haverá renovação de 20 benefícios fiscais existentes hoje - 7 que vencem em 2022, 4 que se encerram em 2023, 8 que acabam em 2024 e 1 que tem prazo até 2025.

Entre os incentivos que seriam extintos nos próximos

anos, estão deduções de IR por valores gastos em apoio a projetos esportivos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em produções cinematográficas brasileiras independentes, além de isenções sobre equipamentos e máquinas para empresas.

Também não seria renovado um benefício de IPI destinado a montadoras de veículos instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sob a condição de que haja investimento em pesquisa e desenvolvimento.

As contas do plano ainda consideram cortes de incentivos fiscais presentes no projeto de reforma do Imposto de Renda aprovado pela Câmara, e que ainda depende de análise do Senado.

O texto da reforma tem como alvo benefícios sobre medicamentos, produtos hospitalares, gás natural e carvão mineral usados na produção de energia, embarcações e aeronaves.

O envio da medida estava previsto na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial. O texto, aprovado em março deste ano, determinou que o presidente da República encaminhasse ao Congresso, em até seis meses, um plano agressivo de redução de benefícios tributários.

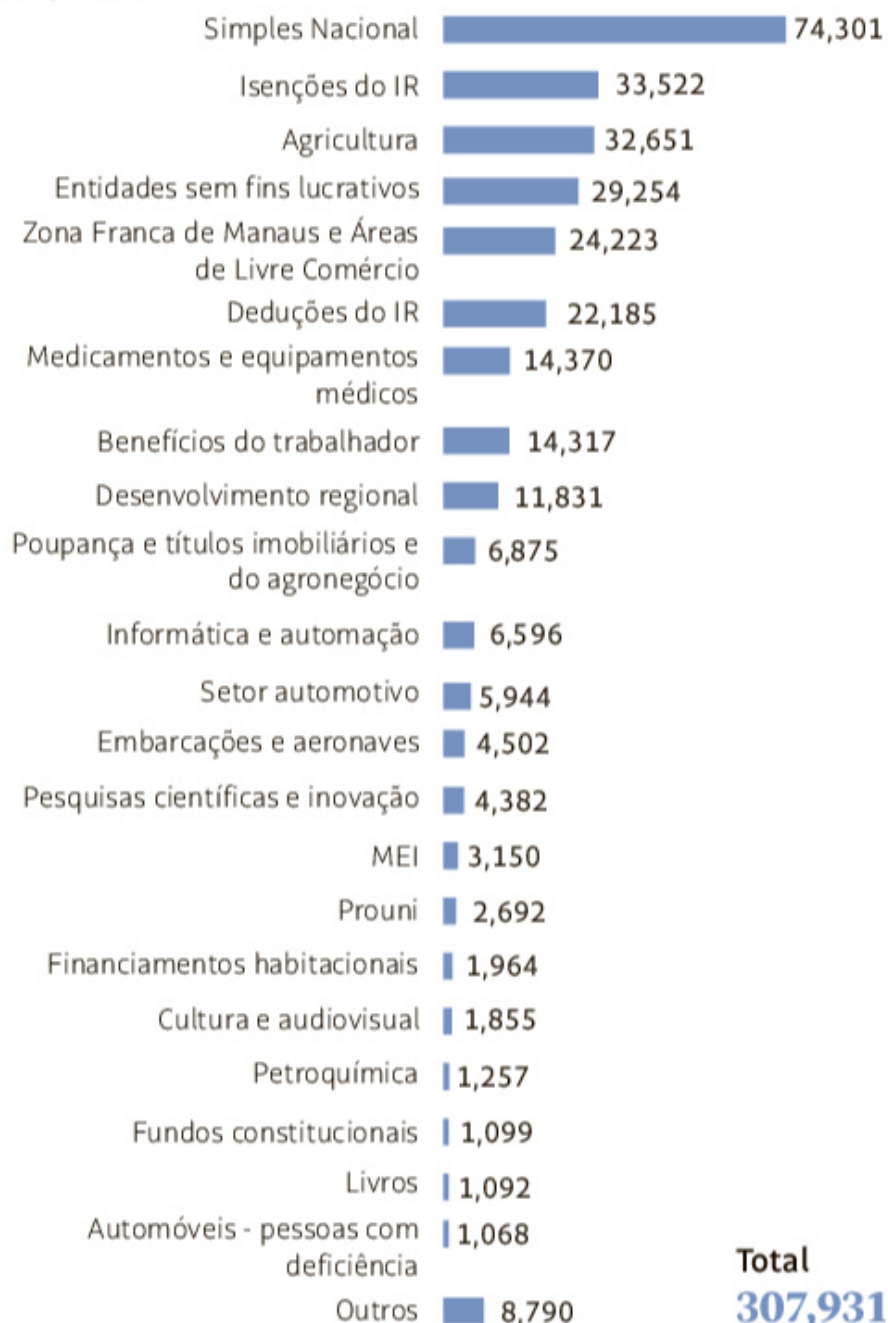
A única obrigação do governo, porém, era que a proposta fosse elaborada e entregue ao Legislativo. Não há determinação de que esses benefícios sejam de fato cortados.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Governo abriu mão de R\$ 308 bilhões em incentivos tributários em 2021

Principais incentivos tributários em 2021

Em R\$ bilhões



R\$ 22 bilhões

É o corte anual de incentivos fiscais proposto pelo governo. Desse total, R\$ 15 bilhões seriam reduzidos já no primeiro ano de vigência e o restante nos anos seguintes, com a não renovação de benefícios

Fonte: Receita Federal

Adversários se unem para frear a PEC 32 - EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS

É hoje, até as 18h. Esse é o prazo limite estabelecido para que o deputado Arthur Maia (DEM-BA) apresente uma nova versão - a terceira - do relatório da Proposta de Emenda Constitucional 32, mais conhecida como reforma administrativa. Será uma tentativa de acalmar os ânimos após as alterações mais recentes do texto, modificado na noite de quarta-feira. Maia pretendia votar o relatório na Comissão Especial ontem, mas as mudanças incluídas - proibição de emendas relativas a magistrados, dificuldade em punir o servidor com mau desempenho e foro privilegiado para servidores de segurança, entre outras - provocaram forte reação.

Vigília

Desde a noite de quarta-feira, integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) acompanhavam a movimentação em torno do relatório. Na manhã de ontem, antes das 10h, já tratavam das estratégias para conter o avanço do novo relatório. O deputado Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Servir Brasil, entrou em contato com o Tiago Mitraud (Novo-MG), que defende uma reforma administrativa mais liberal. Em campos opostos no debate, Batista e Mitraud estavam perto de publicar um manifesto conjunto, de repúdio ao texto de Arthur Maia.

Acordou mal

Com essa resistência, Maia foi obrigado a recuar. "O relator adormeceu com 10 votos a mais na Comissão. Com o complemento de voto, ele perdeu ao menos seis votos", descreveu Batista ao Correio. "O relatório apresentado desagradou gregos e troianos", acrescentou.

Está difícil

Pressionado, por um lado, pela mão de ferro de Arthur Lira (PP-AL) e, por outro, pelos diversos grupos que influenciam no passo a passo da reforma, Arthur Maia encontra-se em fogo cruzado. "O mar não está para peixe para o governo", observou Batista. Até terça-feira, os aliados do Planalto farão contas para avaliar se há condições de a reforma administrativa prosseguir com 308 votos. Mesmo que seja aprovada, deve enfrentar novas dificuldades no Senado, segundo o presidente da Servir Brasil.

Retomada

O governador Ibaneis Rocha está confiante na retomada do crescimento no DF, após os números mais recentes da atividade econômica no Distrito Federal. Segundo o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF), a economia brasiliense cresceu 7,5% no segundo trimestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano passado. Durante a posse da nova diretoria do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do DF (Codese), ele comentou a parceria com a iniciativa privada no esforço para superar os impactos econômicos causados pela pandemia.

Feliz da vida

"Temos muito a fazer pelo Distrito Federal, em especial nesse momento de retomada da economia. Fiquei muito feliz, porque tivemos um belíssimo índice de crescimento no Distrito Federal, em torno de 7,5%, o que mostra que nossa economia vai se recuperar de

forma bastante rápida. Espero, juntamente com os companheiros do Codese e com os empresários da cidade, retomar o crescimento, gerando emprego e renda para a população"

Governo tech

O setor público no Brasil conta com uma empresa especializada em oferecer soluções inovadoras por meio da tecnologia. A Dome Ventures é fruto da união do escritório Gabriella Rollemberg Advocacia (GRA), a holding Alfa Group e a multinacional FCJ Venture Builder. "Quando melhoramos o funcionamento do governo, melhoramos a vida da sociedade como um todo", acredita Rollemberg (foto). Segundo ela, a Dome Ventures busca implementar conceitos como diversidade, sustentabilidade, transparência, cidadania ao incrementar a qualidade da prestação dos serviços públicos. Esse foco vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Outra frente

A decisão judicial que suspendeu a terceirização das vistorias do Detran atendeu a um pedido do Sindicato dos Servidores do Detran-DF (Sindetran). Eles são representados pela advocacia Riedel, que tem obtido vitórias para servidores da saúde no âmbito da pandemia. O escritório está sob comando de Thais Riedel, candidata à presidência da OAB-DF.

Virando o jogo

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) fechou um acordo com a **Receita Federal** e vai pagar mais de R\$ 72 milhões para quitar dívidas antigas da Confederação Brasileira de Vela e Motor (CBVM). O débito será quitado em parcelas mensais, que serão abatidas dos recursos do COB, cujo orçamento em 2020 foi de aproximadamente R\$ 160 milhões, dos quais R\$ 122 milhões oriundos das loterias.

Fé na loteria

O acordo ocorreu graças à lei 14.073, relatada pela senadora Leila Barros (Cidadania-DF) em 2020. A norma, de autoria do deputado Felipe Carreras e cujo relator foi Alexandre Frota na Câmara, autoriza o setor esportivo a utilizar recursos provenientes de loterias para quitar dívidas. A lei permite, ainda, efetuar a transação tributária com o desconto de cerca de 70%.

Gol contra

O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ciro Nogueira, está na retranca com o presidente interino da CBF, Ednaldo Rodrigues. O dirigente mencionou o nome do palaciano ao fiscal da

Anvisa durante a fatídica interrupção do jogo entre Brasil e Argentina pelas Eliminatórias da Copa do Mundo. O servidor descreveu a tentativa de intimidação em seu relatório final, já entregue às autoridades para a devida investigação. O gesto de Rodrigues causou um embaraço a Ciro Nogueira com o chefe, Jair Bolsonaro, que não ficou nada satisfeito com a atitude.

Inflação de energia deve desacelerar em 2022, mas alívio no bolso será parcial

Anais Fernandes, Letícia Fucuchima, Rafael Vazquez

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187008?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187008?page=1§ion=1

Governo muda previsões e admite inflação maior



» FERNANDA STICKLAND» FERNANDA FERNANDES

O governo elevou, novamente, a projeção da **inflação** para este ano. A estimativa para o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 5,90% para 7,90%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que embasa o reajuste do salário mínimo, deverá fechar 2021 em 8,40%, segundo a nova grade de parâmetros macroeconômicos divulgada ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia.

A alta do INPC vai pressionar ainda mais o Orçamento de 2022, já que, no projeto encaminhado ao Congresso, o governo considerou uma variação de 6,20% do indicador. Com o ajuste nas previsões, o salário mínimo poderá aumentar dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.192,40 em janeiro próximo. Se confirmada, a elevação será maior do que a proposta de R\$ 1.169 estimada pelo governo no projeto de Orçamento de 2022. Com base no mesmo índice de reajuste, o teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) passaria dos atuais R\$ 6.433,57 para R\$ 6.973,99. Segundo informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), atualmente, 50 milhões de brasileiros recebem um salário mínimo no Brasil. Destes, 24 milhões são aposentados do **INSS**.

Vale destacar que, em 2021, o salário mínimo de R\$ 1.100 não repôs a **inflação** do período anterior, sofrendo reajuste de 5,26%, abaixo dos 5,45% somados no INPC. Dessa forma, se realmente for cumprido o reajuste sinalizado hoje, não haverá nenhum ganho real no poder de compra do salário.

Com o reajuste compensatório do salário mínimo, o impacto nas contas públicas aumenta. Segundo os cálculos do governo, para cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo é criada uma despesa de aproximadamente R\$ 355 milhões.

A variação maior do INPC não vai provocar alta apenas nas despesas do **INSS**. "Todas as despesas orçamentárias do governo aumentam", disse o economista Joni Vargas, sócio da Zahl Investimentos. Para Camila Abdelmalack, economista chefe da Veedha Investimentos, "fica mais difícil, também, encaixar as despesas dentro do teto de gastos".

Com os novos parâmetros macroeconômicos, será preciso, ainda, revisar os números da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso.

PIB

Apesar de o mercado estar reduzindo as projeções para a evolução da atividade econômica neste e no próximo ano, o Ministério da Economia continua esperando uma alta de 5,30% no Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano. De acordo com a SPE, apesar do recuo de 0,1% do **PIB** no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses do ano, o crescimento interanual de 12,4% indicaria recuperação em relação ao vale da crise de 2020.

O destaque do **PIB** pelo lado da oferta foi o desempenho dos serviços, com alta de 0,7% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal", afirma o documento divulgado pelo Ministério da Economia. Para 2022, a estimativa de alta no **PIB** passou de 2,51% para 2,50% - bastante acima das últimas projeções do mercado, que já estão abaixo de 1%.

Para o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, o pessimismo do mercado com o desempenho da economia não tem base nos dados. "Vamos olhar o que os dados dizem. Vamos separar o que é ruído do que é sinal real da economia, vamos separar o que é ruído do que é um sinal concreto", afirmou.

PEC 32: a reforma para destruir os direitos de todos (Artigo)

ELIENE NOVAES

Não só **servidores públicos** serão afetados pela reforma administrativa, mas toda a população beneficiária de serviços públicos como saúde e educação

No último 1º de setembro, o relator da PEC 32/2020, que prevê a reforma administrativa, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), apresentou novo texto da proposta para avaliação, entre os dias 14 e 16/09, da Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Concluída a apreciação, se aprovado, o texto seguirá para votação em plenário. A PEC 32 precisa ser barrada.

Análise do novo parecer feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que Maia não contemplou as críticas feitas em audiências públicas pela sociedade civil e pelo movimento sindical, mantendo os principais pontos da proposta original.

Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, o texto do relator mantém o interesse da proposta do governo Bolsonaro de "terceirizar, privatizar e demitir" com o objetivo de reduzir o Estado brasileiro. "Foi mantido todo o art. 37 A, sobre a relação entre o Estado e a iniciativa privada, prevendo condições de ampliação de concessões e privatizações dos serviços públicos, além da terceirização dos servidores, uma vez que as garantias de estabilidade são bastante relativas". Relativizar a estabilidade institucionalizará o "bico" no serviço público, ao sabor do arbítrio do poder político ou privado, ampliando a ingerência na gestão e, assim, facilitando a corrupção.

Tal risco foi destacado também pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que, em sua Nota Técnica 69/2021, conclui: "[.] a PEC 32/2020 apresenta diversos efeitos com impactos fiscais adversos, tais como aumento da corrupção, facilitação da captura do Estado por agentes privados e redução da eficiência do setor público em virtude da desestruturação das organizações". Mas a reforma administrativa não afetará somente os **servidores públicos**. A seguir, uma mostra do alcance de destruição da PEC 32/2020: - Para a população em geral: pagar por

direitos constitucionais, como saúde, educação, segurança pública; redução ainda maior de recursos para o SUS; redução dos **servidores públicos**, com consequente piora do serviço público; o Brasil tem 11 milhões de servidores e, com a perda de direitos e a redução salarial cai o consumo, piorando ainda mais a economia, afetando, principalmente, comércio e pequenas empresas; quanto mais desigualdade e pobreza, maior a violência generalizada; - Para trabalhadores da educação (básica e superior): redução orçamentária ainda maior; mercantilização da educação; fim das férias de 45 dias, controle de carreira, determinando o que deve e o que não deve ser ensinado; precarização da pesquisa científica e, portanto, da carreira de cientistas, com a redução de recursos para pesquisa, material, salários; sem pesquisa pública, a iniciativa privada determinará o que deverá ser pesquisado, quando, como e para quem; - Para **servidores públicos**, em geral: redução salarial; fim da hora extra e do adicional noturno; fim da estabilidade, sem a qual o servidor fica refém de cartilha ideológica, ou até religiosa, de algum afilhado do político da vez; fim dos concursos públicos; volta dos "trens da alegria", dos anos 1980, com governantes nomeando funcionários que cuidam de seus interesses, ou seja, facilitando a corrupção.

Para que uma emenda constitucional seja aprovada em plenário, são necessários os votos de 308 deputados federais, em dois turnos. Só então ela segue para o Senado, para votação também em dois turnos, com, no mínimo, os votos de 49 senadores.

Antes, porém, é preciso que seja aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, composta por 59 parlamentares, assim divididos: 25 são favoráveis à reforma administrativa, 23 são contrários e 11 declararam-se indecisos. Pelo site <https://napressao.org.br/>, todos e todas podem - e devem - se manifestar diretamente junto aos parlamentares da Comissão, contribuindo para o resultado dessa votação. Derrotar a PEC 32 é uma luta coletiva.

Diretora da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB)

Sem política social, apenas interesse eleitoral (Editorial)

O governo de Jair Bolsonaro não tem política pública social. Alega não dispor de recursos. No entanto, Bolsonaro tem dinheiro para agradar a sua base eleitoral.

Na segunda-feira, o governo e a Caixa Econômica Federal anunciaram uma nova linha de financiamento imobiliário, com juros subsidiados, voltada exclusivamente para policiais e bombeiros.

Num Estado Democrático de Direito, no qual vigora o princípio da igualdade, é inconstitucional que algumas categorias profissionais sejam privilegiadas com juros mais baixos, enquanto o restante da população não tem acesso ao benefício.

Por que um policial deve ter mais facilidade para comprar a casa própria do que uma professora, uma enfermeira, uma assistente social ou um motorista de ônibus, por exemplo?

Por definição, políticas públicas devem atender quem mais precisa. Os recursos públicos não podem ser usados para beneficiar familiares, amigos ou base eleitoral de um político. Tal restrição é evidente. O dinheiro público deve atender ao interesse público, não a objetivos particulares.

Segundo o governo, o novo programa de subsídio de juros receberá R\$ 100 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública. Ora, o objetivo desse fundo é apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência, segundo as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública.

São recursos que devem servir a toda a população. Seu destino não é favorecer funcionários públicos envolvidos na segurança pública.

A concessão de privilégios por parte de Bolsonaro a policiais e bombeiros não apenas tem um explícito caráter eleitoral - usa e abusa do cargo para tentar se manter no poder -, mas evidencia desprezo pela situação da população. Sempre, mas especialmente num quadro de crise social e econômica, é preciso priorizar quem mais necessita.

Num cenário de crescimento acelerado da pobreza e da extrema pobreza, com cada vez mais pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, o presidente

Bolsonaro, como se fosse um vereador, anunciou que sua base eleitoral poderá comprar a casa própria com juros subsidiados pelo restante da população. Eis um governo que prima pela total ausência de solidariedade.

A rigor, política pública social não é questão de altruísmo, mas dever essencial do governante. Diz o artigo 3.º da Constituição: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (i) construir uma sociedade livre, justa e solidária; (ii) garantir o desenvolvimento nacional; (iii) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (iv) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Jair Bolsonaro não cumpre, portanto, o compromisso que fez de respeitar a Constituição quando omite a promoção de políticas públicas sociais. Vale lembrar que, no primeiro semestre, o País bateu recordes de desigualdade social.

De acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no período de janeiro a março, a desigualdade de renda proveniente do trabalho foi a maior da série iniciada no fim de 2012. Com tal cenário, não há espaço fiscal, cívico ou moral para conceder privilégios à base eleitoral.

No mês passado, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 1.061/21, que extinguiu o programa Bolsa Família e criou o Auxílio Brasil.

Em tese, a mudança poderia ser uma oportunidade de retificar e melhorar o programa de distribuição de renda. No entanto, além de ter graves deficiências, a MP 1.061/21 não recebeu nenhuma atenção do Palácio do Planalto, preocupado em promover as manifestações do 7 de Setembro.

É necessário realizar uma profunda reforma social, capaz de promover a autonomia de todos os cidadãos. Com urgência, o País precisa de políticas públicas sociais responsáveis, que atendam de forma mais efetiva possível quem mais precisa. Segundo a Constituição, esse é o melhor destino para o dinheiro público - que, por sinal, nunca deve ser usado para comprar voto ou arrebanhar simpatizantes. Dependência é antônimo de cidadania.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma do RH do Estado é criticada e deve ter novo texto



Mudança. Novo relatório de Maia pode ser votado na terça

**Adriana Fernandes Camila Turtelli Amanda Pupo /
BRASÍLIA**

Pressionado pela bancada da bala na Câmara que apoia o governo Bolsonaro, o relator do projeto de reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA), mudou de última hora o parecer para ampliar os privilégios aos policiais e depois foi obrigado a recuar com a repercussão negativa da proposta ontem.

Especialistas apontaram que o parecer, além de representar uma antirreforma administrativa, promove uma contrarreforma da Previdência ao mudar regras de aposentadorias de policiais e retomar em pontos que já foram superados na votação da reforma em 2019.

O texto também desagradou a outras categorias de servidores.

O Movimento a Serviço do Brasil, que representa mais de 400 mil **servidores públicos** do Fisco, Poder Judiciário e do Ministério Público de todos os Estados do País, também criticou o parecer e a tentativa de votação açodada da proposta.

Após reunião com membros da comissão especial que analisa o tema, Maia decidiu restabelecer o texto apresentado no dia 1.º de setembro e entregar uma nova versão ontem. A votação da matéria foi marcada

pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), para a próxima terça-feira.

A nova versão foi descartada pela confusão que provocou, mas há o temor de que se repita o que aconteceu com projeto do Imposto de Renda, que na votação no plenário foi modificado sem ampla discussão.

"Acho que vão apelar e votar mesmo", prevê a economista Ana Carla Abrão, da Oliver Wyman.

Para ela, o texto reflete a pressão das corporações e representa um retrocesso "inacreditável" porque impede uma reforma administrativa efetiva ao constitucionalizar blindagens a diversas categorias.

Já para o Alberto Ledur, porta-voz do Movimento a Serviço do Brasil, o parecer do relator demonstra que o último interesse é construir um serviço público de qualidade. "É um movimento absolutamente fisiologista.

O último interesse do relator foi melhorar a qualidade do setor público", disse.

O Centro de Liderança Pública (CLP) avaliou que a proposta que tinha o objetivo de reformular o RH do Estado se transformou em uma "antirreforma" e agora avisa que trabalhará contra (mais informações nesta página).

O parecer revogou uma série de conquistas da reforma da Previdência para agentes da segurança pública, voltando a regra para o que era antes exclusivamente aos membros destas forças.

A proposta também incluiu guardas municipais e policiais legislativos nas forças de segurança, transformando-os em carreiras exclusivas de Estado, e transferiu a Polícia Federal para a competência do Judiciário.

Lira atribuiu a mudança da data de votação do texto no colegiado ao fato de que ainda "estão havendo ruídos" sobre o tema.

Outra mudança feita pelo relator foi a retirada da possibilidade de reduzir em até 25% a jornada e o salário nos cargos públicos - a medida não seria válida

para as carreiras consideradas exclusivas de Estado (aquelas que não tem equivalência no setor privado, como diplomatas).

Segundo fontes, o dispositivo havia sido incluído a pedido do Ministério da Economia, que tentou emplacar essa mudança na PEC emergencial.

I Corporativismo

"É um movimento absolutamente fisiologista.

O último interesse do relator foi melhorar a qualidade do setor público." Alberto Ledur MOVIMENTO A SERVIÇO DO BRASIL

5 PERGUNTAS PARA...

Luiz Felipe d'Avila, presidente do Centro de Liderança Pública (CLP)

1. Qual o propósito dessas mudanças introduzidas no parecer?

Só têm um sentido: melar a reforma. Eles não querem fazer a reforma, então fazem um parecer absurdo, que é óbvio que vai ser derrubado. E, se for aprovado, é um enorme problema para o País, que já gasta 13% do **PIB** com máquina pública e vai gastar ainda mais, num momento de pandemia e de recorde de desemprego.

Eu vejo como um verdadeiro desafio.

2. Quais os pontos mais polêmicos incluídos no novo parecer?

Essa história de declarar inconstitucionais as emendas (para incluir na reforma) os membros de Poder (juízes, procuradores e promotores) é um absurdo. E essa história dos policiais. Olha, o que eles criaram de privilégios nesse relatório: é para a Polícia Civil, é foro privilegiado do Supremo para delegado da Polícia Federal!

Inclusão de guarda municipal, polícia legislativa como carreira de Estado. É tudo contrário ao que precisamos fazer para modernizar o Estado.

3. O parecer também traz mudanças feitas na reforma da Previdência. Qual sua opinião?

Olha só o absurdo que já temos aqui no Estado de São Paulo, com 60 coronéis na ativa e mais de 2,5 mil na aposentadoria recebendo salário integral.

Isso tem um peso absurdo.

Precisamos rever essas coisas.

Extensão dos privilégios vai afogar ainda mais as contas do Estado. O meu resumo é que esse parecer tem de ser jogado na lata de lixo. Não tem nada aproveitável nesse parecer.

Atrapalha, fiscalmente, a qualidade do serviço público e mantém feudos de privilégios.

4. O parecer promove uma mudança do espírito inicial da reforma?

Vejo mais do que isso. É um relatório para melar a reforma.

Como a aprovação da real reforma ia causar atrito principalmente nessas categorias, polícias e Judiciário, o jeito é colocar tanto privilégio que ela se torna inviável e, aí, não tem o desgaste político de ter de votar o projeto.

5. Mesmo com a alteração do parecer, as mudanças podem voltar na votação do plenário?

A reforma administrativa, agora, é igual a perder voto. E com uma pressão da bancada da bala e, portanto, do governo. Judiciário e bancada da bala foram as duas categorias privilegiadas nesse relatório. Ou tem recuo ou não tem reforma.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Conselho da Vale aprova pagamento de R\$ 40 bi em dividendos para acionistas

Nicola Pamplona

A Vale anunciou nesta quinta (16) que seu conselho de administração aprovou o pagamento de R\$ 40,2 bilhões em dividendos aos seus acionistas, como antecipação pelo desempenho da empresa durante o ano de 2021.

No primeiro semestre, a companhia acumulou lucro de R\$ 70,6 bilhões, beneficiada pela escalada que levou a cotação do minério a ultrapassar os US\$ 200 (R\$ 1.052, no câmbio atual) por barril no início do ano, em resposta à elevada demanda chinesa.

O valor anunciado pela Vale corresponde a R\$ 8,11 por ação. É, de longe, o maior valor unitário pago pela companhia nos últimos anos -o segundo maior foram os R\$ 3,42 por ação pagos em março, como parte da remuneração pelo resultado de 2020.

Quando anunciou o balanço do segundo trimestre, a Vale informou ao mercado que poderia distribuir até o fim do ano um mínimo de R\$ 27 bilhões a seus acionistas, mas o valor da antecipação já é bem maior do que o previsto.

Em conferência com analistas após a divulgação do resultado, em julho, a direção da empresa abriu a possibilidade de acelerar a distribuição dos dividendos para atender a nova estratégia de endividamento e evitar possível tributação de lucros após a reforma tributária em discussão no Congresso.

O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, disse na ocasião que a gestão já tinha a intenção de distribuir dividendos extraordinários para atender a um plano de aumentar a alavancagem, indicador que relaciona o tamanho da dívida à geração de caixa de uma empresa.

Assim, parte do caixa deveria ser destinada a melhorar o retorno aos acionistas pela distribuição extraordinária de dividendos e por novo programa de recompra de ações, que aumenta o valor dos papéis disponíveis no mercado.

Nos dois anos que se seguiram à tragédia de Brumadinho (MG), a Vale já anunciou R\$ 34,2 bilhões em dividendos.

Os dividendos haviam sido suspensos logo após a tragédia, que deixou 272 mortos e um rastro de destruição em janeiro de 2019, mas foram retomados ainda em 2020, assim como pagamento de bônus a seus executivos.

Em agosto, a Vale e a BHP Biliton foram alvo de um pedido do Ministério Público de Minas Gerais para o bloqueio de R\$ 50,7 bilhões, o equivalente aos créditos listados pela Samarco, controlada pelas duas empresas, em processo de recuperação judicial.

No pedido, que foi negado pela Justiça, a Promotoria acusava as empresas de "manobra fraudulenta" para se blindarem das responsabilidades de custear os danos provocados pela tragédia de Mariana (MG), que deixou 19 mortos em 2015.

O valor da dívida é alvo de disputa entre as mineradoras e outros credores da Samarco, que também acusam as controladoras de manobra que reduziria o valor recuperado por fundos de investimento detentores de títulos da empresa.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

R\$ 40,1 bi

foi o lucro da Vale
no 2º trimestre

R\$ 87,8 bi

foi a receita da
mineradora no período

R\$ 58,1 bi

foi o Ebitda

US\$ 12,1 bi

era a dívida bruta

Governo propõe corte gradual de R\$ 22 bi em subsídios

DIMITRIUS DANTAS E FERNANDA TRISOTTO *economia@oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Esta reforma tem de ir para o lixo, diz Luiz Felipe d Avila

Adriana Fernandes

Presidente do Centro de Liderança Pública (CLP), Luiz Felipe d Avila diz que as mudanças propostas pelo relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), têm o objetivo de sabotar a aprovação da proposta para não terem desgaste político nas eleições de 2022.

Ao Estadão, ele diz que o texto apresentado nesta quinta-feira, 16, tem de ir para o lixo. Ele critica o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL) por fazer votação açodada dos projetos de reforma. Abaixo, trechos da entrevista:

Esse parecer é uma sabotagem da reforma administrativa. Essa é a verdade. Tínhamos uma reforma para melhorar a qualidade do serviço público e valorizar o servidor, criando mecanismos para mensurar desempenho e ter uma promoção pelo mérito. O que essa reforma faz é manter privilégios. É um desafio à população. Nós precisamos acabar com o privilégio e deixar a máquina pública mais eficiente e o que essa reforma faz, na verdade, é manter privilégios. Privilégios do Judiciário e aumenta o das polícias, o que é um total absurdo. Acabamos de aprovar a lei dos supersalários e vem uma medida que prejudica essa lei. É uma aberração.

Só tem um sentido: melar a reforma. Eles não querem fazer a reforma, então fazem um parecer absurdo, que é óbvio que vai ser derrubado. E, se for aprovado, é um enorme problema para o País, que já gasta 13% do PIB com máquina pública e vai gastar ainda mais. Num momento de pandemia e de recorte de desemprego. Eu vejo como um verdadeiro desafio.

Essa história de declarar inconstitucional as emendas (para incluir na reforma) os membros de Poder (juízes, procuradores, promotores) é um absurdo. E essa história dos policiais. Olha o que eles criaram de privilégios nesse relatório. É para a Polícia Civil, é fórum privilegiado do Supremo para delegado da Polícia Federal! Inclusão de guarda municipal, polícia legislativa como carreira de Estado. É tudo contrário do que precisamos fazer para modernizar o Estado.

Olha só o absurdo que já é termos aqui no Estado de São Paulo 60 coronéis na ativa e mais de 2,5 mil na aposentadoria recebendo salário integral. Isso tem um

peso absurdo. Nós precisamos rever essas coisas. Extensão dos privilégios vai afogar ainda mais as contas do Estado. O meu resumo é que esse parecer tem de ser jogado na lata de lixo. Não tem nada aproveitável nesse parecer. Atrapalha fiscalmente, a qualidade do serviço público e mantém feudos de privilégios.

Eu vejo mais do que isso. É um relatório para melar a reforma. Como a aprovação da real reforma ia causar atrito principalmente nessas categorias, polícias e Judiciário, o jeito é colocar tanto privilégio que ela se torna inviável e aí não tem o desgaste político de ter de votar um projeto que poderia causar problema.

A preocupação é que reforma administrativa agora é igual perder voto. E com uma pressão da bancada da bala e, portanto, do governo. Judiciário e bancada da bala foram as duas categorias privilegiadas nesse relatório. Ou tem recuo ou não tem reforma. Essa reforma não dá para ser aprovada. Tudo isso é sinal de um Congresso à deriva, que não tem governo. Se não tem governo, a pauta fica sendo defendida pelo Centrão. Se o governo tivesse no meio dos projetos, não estaria no meio da madrugada mudando completamente o relatório que vinha sendo amadurecido na sociedade e com os partidos e parlamentares. É a mesma coisa da **reforma tributária**. Começa-se de um jeito e depois vai sendo modificada, dilapidada. Isso é falta de liderança do Palácio do Planalto.

Isso aí. Ter voto do corporativismo. Se aprovasse do jeito que deveria, os policiais poderiam ficar chateados com o governo, que diz que defende as polícias.

O que se vê é que ele anunciou ser favorável a uma agenda reformista, só que ela não saiu do papel. Eu acredito por duas razões. Primeiro, pelo não envolvimento direto do governo. Segundo, é o açodamento do presidente Lira de querer votar as coisas rapidamente. Elas precisam ser discutidas. Essa forma açodada faz com que se aprovem projetos de péssima qualidade. E não é à toa que deverão ser corrigidos vários projetos no Senado. Não tem uma agenda reformista avançando. Tem uma agenda açodada que é praticamente para se livrar da pauta e jogar a bomba para o Senado.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/esta-reforma-tem-de-ir-para-o-lixo-diz-luiz-felipe-davila,088d606633e3171f417f6ce7152f3bc8jovoh3j2.html>

Reforma do IR não vai reduzir desigualdade, afirma estudo

Douglas Gavras

Do jeito que está hoje, o texto da reforma do Imposto de Renda deve ter efeito quase nulo na redução da desigualdade, segundo estudo exclusivo do Made (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades), da USP.

Na noite do dia 1º, a Câmara aprovou o texto-base do projeto que muda as regras do IR, após o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), fechar um acordo com a oposição. A reforma segue para o Senado.

Nos moldes atuais, o IR para pessoas físicas reduz em 2,51% a desigualdade na renda. Se o texto atual for aprovado no Senado, esse efeito passaria a ser de 2,71%, ou seja, uma melhora de somente 0,2 ponto percentual na progressividade do sistema.

O texto prevê corte da alíquota-base de 15% para 8% do IRPF (o governo queria redução a 12,5% em 2022 e 10% em 2023), e corte da CSLL em até um ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%).

Entre a proposta original do governo e o que foi modificado na Câmara, a reforma foi influenciada por pressões que fizeram com que o percentual sobre lucros e dividendos passasse de 20% para 15%.

A tributação sobre lucros e dividendos de acionistas também foi aprovada com isenções -para empresas do Simples e do lucro presumido, por exemplo.

A taxa de dividendos seria um dos pontos que mais contribuiriam para o caráter progressivo da reforma, diz a economista Laura Carvalho, coautora do estudo, que mede o efeito direto das alterações do IR para pessoas físicas.

Uma pequena mudança, que escalonasse a cobrança de dividendos para os contribuintes, de 15% a 20%, e elevasse a cobrança do 1% mais rico dos contribuintes a até 40% poderia ter efeito três vezes maior na redução da desigualdade, diz o estudo do Made.

Além disso, poderia aumentar a arrecadação em 23,9% -ante o aumento de 4% previsto com a proposta atual.

O texto inicial tinha esse aspecto positivo e contava

com a colaboração da Receita, no sentido de reinstituir a tributação de dividendos, o que é quase um consenso entre economistas", afirma Carvalho.

Ela conta que, como várias iniciativas da equipe econômica, a reforma foi sendo desidratada ao se deparar com grupos de interesses e virou um texto que não cumpre o propósito de aumentar a progressividade do sistema, além de criar isenções e deduções que incentivam a "pejotização" (quando a empresa opta por manter empregado atuando como pessoa jurídica).

Ao pensar em uma reforma, o objetivo deve ser a redução das iniquidades e aumento da eficiência. O projeto aprovado, no entanto, peca nos dois objetivos, diz.

Para ela, as mudanças diminuíram a possibilidade de aumentar a justiça tributária.

"Como o IR para Pessoa Jurídica também foi reduzido, isso pode gerar aumento global da desigualdade, indiretamente, já que essa redução pode levar a uma perda de arrecadação que prejudique os recursos para programas sociais." Ela acredita que nova reforma será necessária em breve, para corrigir essas distorções, caso o texto aprovado na Câmara não sofra modificações.

Também avalia que o texto final acaba demonstrando objetivos de cunho eleitoral, ao favorecer camadas médias e isentar grupos com alto poder de influência.

Carvalho diz perceber a falta de agenda econômica clara, o que faz com que reformas sejam propostas de forma atribulada e sem a devida articulação com os parlamentares. "A proposta foi sendo desidratada, o efeito de redução de desigualdade, que já não era grande, ficou quase nulo", complementa a economista.

No estudo, os economistas também calcularam separadamente o impacto de cada medida, em valores deflacionados de dezembro de 2020. A alteração nas faixas do IR, por exemplo, levaria a redução de 10% na arrecadação, pelo maior número de contribuintes que ficariam isentos e pelo reajuste das demais faixas.

As propostas de mudanças no IR geraram desgaste ao governo desde a entrega do texto original pelo

ministro Paulo Guedes (Economia).

Empresários e as entidades representativas fizeram diversas críticas à volta da cobrança de dividendos após 26 anos, sem a contrapartida que gostariam, de redução do imposto para pessoa jurídica.

Para Carvalho, o discurso de que a proposta original punia o setor produtivo não tem evidências. "Quando se olha para outros países, a gente ainda tem muita margem para melhorar a progressividade do sistema."

Na avaliação da economista, o argumento que fundamentou as reduções de **impostos**, como vias de estímulo à economia, nas últimas décadas, vem perdendo a força.

"Um dos maiores problemas do IR é que a alíquota paga por quem está no topo -o 1% mais rico- cai muito em relação aos que vêm logo abaixo. Há uma clara regressividade, e a isenção que foi concedida em 1995 é a grande responsável por isso", explica ela.

Após as modificações introduzidas pela Câmara, especialistas apontaram um aumento de carga para as médias empresas.

Para o economista e diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), Bemard Appy, o texto-base da Câmara até tem pontos positivos, mas o lado negativo predomina.

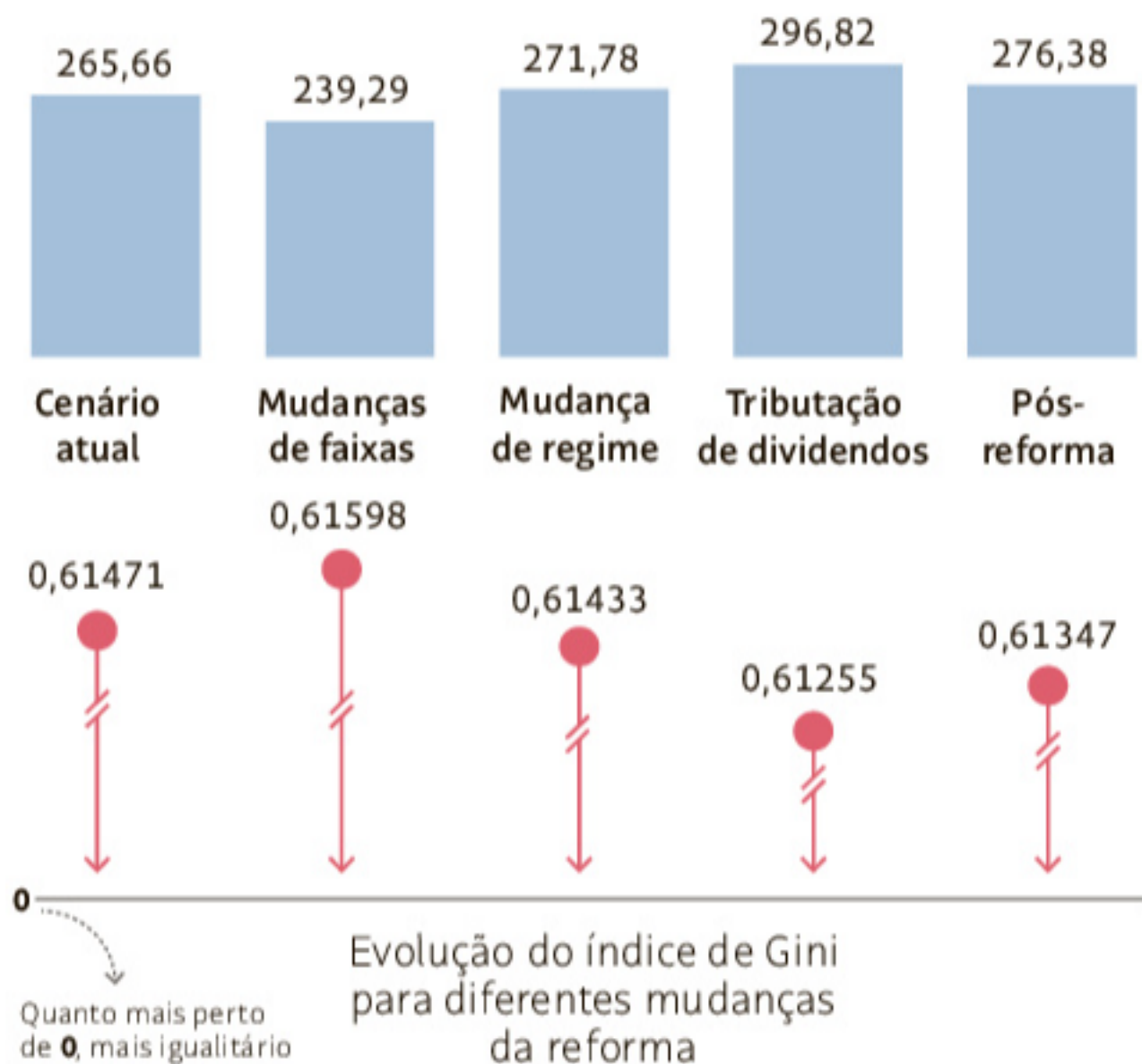
"O que mais me incomoda é a manutenção de isenção na distribuição por lucro presumido, para quem tem faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano", diz. "Parte disso vai para a remuneração de sócios, que já pagam muito pouco imposto."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Reforma do IR

Arrecadação total do IR de acordo com a proposta

Em R\$ bilhões



Fonte: Made

Chefe do FMI é acusada de turbinar China em ranking



Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI, que rebate acusações de que manipulou ranking quando era presidente-executiva do Banco Mundial em favor da China; instituição diz que interrompeu publicação de Doing Business. Ludoovic Marin - 18.mai.21/APP

Jonathan Wheatley

Kristalina Georgieva, diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), foi acusada em um inquérito do Banco Mundial de conduzir esforços para elevar artificialmente a posição da China no influente relatório anual da instituição multilateral, Doing Business.

As denúncias se referem ao período em que ela era presidente-executiva do Banco Mundial e supervisionava iniciativas para levantar capital novo de partes interessadas, incluindo a China.

Georgieva disse que discorda da acusação, contida em um relatório encomendado pelo banco à firma de advocacia Wilmer Hale. Ele foi apresentado internamente na quarta-feira (15) e divulgado pelo conselho do Banco Mundial nesta quinta (16).

O banco também disse que interrompeu a publicação de Doing Business por causa de preocupações éticas sobre a conduta de membros atuais e passados da equipe envolvida em sua preparação.

O relatório da Wilmer Hale concluiu que na edição de 2018 de Doing Business a classificação geral da China foi mantida artificialmente em 78º lugar - como no ano anterior - por mudanças que elevaram sua posição do 85º lugar.

O documento afirma que Georgieva dirigiu esforços para melhorar a nota da China num momento em que estava "absorvida" em campanha para conseguir aumento de capital para o Banco Mundial.

Segundo o relatório, durante os preparativos de Doing Business 2018, autoridades graduadas do governo

chinês "expressaram repetidamente suas preocupações" ao então presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, de que a classificação do país "não refletia acuradamente suas reformas econômicas".

A Wilmer Hale disse que, dias antes da publicação do relatório de 2018, houve tentativas de elevar a classificação da China, como a inclusão em suas notas de dados econômicos de Hong Kong. Quando esses esforços não conseguiram os resultados desejados, afirma o relatório, Georgieva "se envolveu diretamente".

O documento da firma de advocacia, "Investigação de Irregularidades de Dados", diz que Georgieva instruiu Simeon Djankov, um dos fundadores do Doing Business, a publicar o relatório, e que posteriormente Djankov "trabalhou com a direção do Doing Business para identificar mudanças nos dados da China que elevariam a nota do país e sua classificação".

Ela disse que três indicadores de condições de negócios - abrir uma empresa, direitos legais para obter crédito e pagamento de **impostos** - foram modificados, aumentando a nota da China em quase um ponto e elevando sua classificação para o 78º lugar.

Em **comunicado** emitido pelo FMI, Georgieva disse: "Discordo fundamentalmente das conclusões e interpretações da Investigação de Irregularidades de Dados no que se refere à minha participação no relatório Doing Business 2018 do Banco Mundial. Já tive uma reunião inicial com o conselho executivo do FMI a esse respeito".

O relatório também identifica irregularidades na preparação do Doing Business 2020, em que, segundo a firma, a Arábia Saudita foi artificialmente promovida ao primeiro lugar na lista de melhorias, à frente da Jordânia.

Justin Sandefur, do grupo de pensadores Centro para o Desenvolvimento Global, um antigo crítico dos relatórios do Banco Mundial, disse que as denúncias da Wilmer Hale ecoam suas próprias críticas ao relatório por ser demasiado subjetivo e frágil em sua metodologia.

"As classificações saltavam como loucas, mesmo

quando não havia qualquer mudança real", disse ele. "Quando você tem tantos pedidos de avaliação, e com as enormes pressões políticas sobre o relatório, você tem uma receita para a manipulação."

Sandefur é um dos seis acadêmicos contratados para apresentar recomendações sobre como melhorar o Doing Business a Carmen Reinhart, economista-chefe do Banco Mundial. Ele disse esperar que os resultados, apresentados há duas semanas, sejam publicados nos próximos dias.

O Banco Mundial disse na quinta-feira que está comprometido com fazer avançar o papel do setor privado no desenvolvimento e que trabalhará em "uma nova abordagem na avaliação do clima de negócios e investimentos".

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

A democracia e a privacidade de dados (Editorial)

Promovido pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o seminário sobre Os desafios da regulação moderna debateu as questões relativas às dificuldades que os regimes democráticos vêm enfrentando atualmente em decorrência da expansão da internet e das redes sociais.

Essa questão, que envolve a privacidade dos usuários da internet e o questionamento da eficácia das leis sobre proteção de dados no mundo inteiro, foi discutida pelo economista francês Jean Tirole, da Universidade de Toulouse. Especialista em regulação dos mercados, especialmente nos setores com poucas e poderosas empresas com atuação em escala mundial, como é o caso do Google e do Facebook, Tirole foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2014. Seus livros discutem a teoria dos jogos, assimetria de informações e modelos de oligopólio.

Apesar de considerar que o compartilhamento e a difusão de dados pela internet são importantes na execução de políticas públicas, Tirole afirmou que eles pecam pela falta de transparência e lembrou dos problemas que isso traz para a democracia. Para ele, os formulários de concordância sobre uso de dados para acessar os dados não são compreensíveis para os usuários comuns, chegando algumas vezes a ponto de iludi-los.

Além disso, as leis sobre proteção de dados contêm brechas no que se refere ao uso de dados sem consentimento, ao volume de investimentos em segurança digital e dúvidas sobre sua retransmissão a terceiros. O mais adequado seria a adoção de mecanismos de regulação paralela aos previstos pela legislação e iniciativas mais firmes dos governos para proteger os usuários, disse Tirole. A seu ver, a privacidade não deve ser entendida só como uma questão individual, mas como algo fundamental para a democracia.

Ela é um bem coletivo cuja preservação afeta toda a sociedade, uma vez que depende não só de decisões individuais, mas, também, de decisões de outros cidadãos.

O ganhador do Nobel de 2014 também discutiu os procedimentos de coleta de dados no ambiente virtual, especialmente os sistemas de crédito social que estão sendo concebidos com o objetivo de dar ou limitar o

acesso das pessoas a serviços ou de funcionar como indicador de confiabilidade.

Na China, por exemplo, o sistema de crédito social que vem sendo desenvolvido usará big data e inteligência artificial para classificar cidadãos e empresas, o que vai incluir uma série de critérios sobre pagamento de **impostos** e dívidas. O problema desse tipo de sistema é que, quando utilizado como mecanismo de avaliação de opiniões políticas e religiosas, permite o controle governamental de dissidentes do regime chinês, advertiu Tirole.

Ele lembrou que esse tipo de controle não é novo, tendo sido utilizado na forma analógica pela polícia política da antiga Alemanha Oriental, a Stasi, durante a guerra fria. A diferença é que o custo para a Stasi era muito alto, enquanto agora, com a internet, é baixo.

"A inteligência artificial vai descobrir o que cada cidadão fez e quem são seus amigos. Suas atividades estarão registradas por câmeras na rua. E isso vai destruir o tecido social de quem tiver baixa classificação.

Isso já existe e é atraente para os regimes autocráticos", lembrou Tirole.

Neste período de competição geoestratégica, em que os Estados Unidos encaram a era digital como negócio e a China a vê como instrumento de poder, a exposição feita por Tirole sobre a tensão entre big data e democracia no seminário promovido pela FGV não poderia ter sido mais oportuna.

Ele chamou a atenção para o risco de que a proteção da privacidade seja deturpada e convertida em mecanismo de perseguição política, abrindo assim caminho para a substituição de sociedades plurais, em que prevalecem os valores democráticos e as liberdades políticas, pela chamada "sociedade disciplinar", em que as tecnologias de vigilância permitem aos governantes desprezar as garantias e liberdades fundamentais em nome da segurança do regime.

Governo eleva IOF até dezembro para bancar benefício do novo Bolsa Família



Alta. Operações de câmbio ficam mais caras com novo IOF; governo ainda precisa de reforma do IR para equilibrar contas

Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro decidiu aumentar a alíquota do IOF sobre operações de crédito para empresas e pessoas físicas, o que na prática vai encarecer o valor final dos empréstimos. A medida vai valer entre 20 de setembro e 31 de dezembro de 2021, e a arrecadação adicional de R\$ 2,14 bilhões no período vai ser usada para bancar a ampliação do programa Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil.

No caso das empresas, a alíquota diária do IOF subirá de 0,0041% (o equivalente a uma taxa anual de 1,5%) para 0,00559% (2,04% no ano). No caso de pessoas físicas, vai passar de 0,0082% (alíquota anual de 3,0%) para 0,01118% (4,8%).

A versão turbinada do programa tem de entrar em vigor ainda este ano - provavelmente em novembro, com o fim do auxílio emergencial - por causa das restrições impostas pela lei eleitoral.

Com queda de popularidade, Bolsonaro vai tentar a reeleição no ano que vem. Ele já prometeu um valor médio de R\$ 300 para o novo benefício, em comparação aos R\$ 190 pagos hoje.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que uma medida de aumento permanente de despesa (como a ampliação do novo Bolsa Família) precisa vir acompanhada de uma fonte de custeio, isto é, uma receita capaz de financiar o gasto.

"A referida medida irá gerar um aumento de arrecadação estimado em R\$ 2,14 bilhões. Esse valor permitirá a ampliação do valor destinado ao programa social Auxílio Brasil, cujo novo valor entrará em vigor ainda no ano de 2021. A medida irá beneficiar

diretamente cerca de 17 milhões de famílias e é destinada a mitigar parte dos efeitos econômicos danosos causados pela pandemia", diz o **comunicado**.

O governo conta com medidas da reforma do Imposto de Renda (IR) para compensar o aumento de despesas a partir do próximo ano. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas ainda não foi votada pelo Senado - onde enfrenta resistência. Há ainda outro problema para 2022: a ausência de espaço no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**. Para abrir caminho ao Auxílio Brasil, o governo precisa resolver o impasse do "meteoro" (termo usado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes) de R\$ 89,1 bilhões em dívidas judiciais (precatórios), uma vez que essas despesas hoje ocupam a folga que estava reservada à ampliação do programa social.

Por se tratar de um decreto, as mudanças do IOF entram em vigor de imediato e não dependem de aprovação pelo Congresso.

Previsto na Constituição, o tributo contempla, sob um mesmo guarda-chuva, **impostos** relacionados a áreas como câmbio, crédito e seguros, entre outras.

O imposto incide também sobre as operações de títulos e valores imobiliários, sendo que ele apenas pode ser cobrado no caso de transação entre duas empresas ou entre uma empresa e uma pessoa física.

ONDE HÁ A COBRANÇA DO IMPOSTO

I Câmbio Quando se compra ou vende moeda estrangeira em casas de câmbio do País

I Crédito Quando forem solicitados empréstimos ou financiamentos, se o limite do cheque especial for ultrapassado ou ainda no caso de utilização do rotativo do cartão de crédito

I Seguro Pago sobre o valor do prêmio, na contratação à vista ou parcelas

I Investimentos Aplicável em títulos como o Tesouro Direto e Certificado de Depósito Bancário (CDB)

I Crédito imobiliário Cobrança para financiamento de

imóveis comerciais

I Taxação

R\$ 2,4 bi é quanto o governo pretende arrecadar com a mudança de alíquota do IOF. O dinheiro vai ajudar a custear a ampliação do Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil

R\$ 300 é valor que o governo pretende pagar no Auxílio Brasil

17 milhões de famílias devem ser atendidas pelo novo programa de assistência social do governo

4,8% é para quanto deve ir a taxa anual do IOF para as pessoas físicas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Outra vez, pressões para tabelar os combustíveis - CELSO MING

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-8/2/2021



Lira: preço justo?

CELSO MING

Dentro do governo Jair Bolsonaro, a política de preços dos derivados de petróleo é questão não resolvida; volta sempre, como azia mal curada.

Diferentemente do que aconteceu outras vezes, nesta semana não foi o presidente Bolsonaro que pretendeu intervir nos preços da Petrobras. Primeiro, foi o presidente do Banco Central que, em conversa ligeira e provavelmente pouco pensada, cobrou da Petrobras mais espaçamento entre os reajustes dos seus combustíveis. É uma proposta que, se colocada em prática, não resolveria nada. Em temporada de alta internacional de preços, como agora, um prazo maior entre um reajuste e outro exigiria uma sucessão de pancadas, embora mais espaçadas entre uma e outra. E numa época de queda de preços, como já aconteceu, demoraria demais para o barateamento ser repassado para o consumidor.

Depois, foi o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Para ele, a Petrobras deveria abrir mão de parte dos seus lucros para subsidiar o consumo de derivados, sob o argumento de que o principal acionista da empresa a ser beneficiado por preços mais baixos é o cidadão brasileiro. E defendeu "uma política de preços justa", seja lá o que isso signifique.

É um argumento que, no fundo, se baseia na necessidade de fixar preços com base nos custos, o que em economia é quase sempre uma aberração. Custo qualquer um põe onde quer. Bastaria uma administração mais incompetente ou bastaria contratar mais funcionários para que o custo subisse e a partir daí fosse descarregado sobre o consumidor.

E, se é preciso vender refinarias ou construir novas, não se pode decretar tabelamentos, sob pena de não encontrar comprador ou de não conseguir novos sócios para elas.

É preciso reconhecer que a disparada dos preços dos derivados está a corroer o poder aquisitivo do consumidor. Apenas em 2021, os da gasolina subiram 31,1%; os do óleo diesel, 28,0%; e os do gás de cozinha, 23,8%. Essas estocadas são explicadas pela evolução dos preços internacionais do barril (159 litros) de petróleo (veja o gráfico), compostas com a alta do dólar no câmbio interno. Num país altamente dependente dos transportes rodoviários, a alta do óleo diesel se espalha para o resto da economia.

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, que foi guindado ao cargo em abril pelo presidente Bolsonaro para que definisse critérios melhores para os preços dos derivados, vem afirmando, em inúmeros depoimentos, que a R\$ 6 por litro, só R\$ 2 dos preços da gasolina vão para a Petrobras. Os outros R\$ 4 correspondem a **impostos** e a margens das distribuidoras e dos **postos de combustíveis**. Ou seja, de pouco adiantaria comprimir a fatia de pouco mais de 30% desse preço.

Nessas horas aparecem sempre aqueles que argumentam que os preços dos derivados deveriam ser modulados por um fundo regulador, como o existente em outros países. Quando os preços disparassem, o fundo seria usado para bancar parte da alta; quando encolhessem, o fundo seria realimentado com parte dos preços. O problema aí é que ninguém até agora apontou a fonte dos recursos que constituiriam esse fundo. Se fossem retirados dos **impostos** e dos royalties, ficariam faltando no caixa dos Tesouros Públicos, que hoje e quase sempre estão em situação desesperadora...

A principal questão é a de que não há solução técnica para um problema que é político. Bolsonaro quer derrubar os preços porque pretende se reeleger e gasolina a mais de R\$ 6 por litro e gás de cozinha a mais de R\$ 100 por botijão, em vez de comover, armam o eleitor contra o governo. Os governadores, que têm nos preços dos combustíveis o fato gerador de importante fonte de receitas, também não querem abrir mão de seu quinhão. E uma eventual solução

política acabaria por atropelar as questões técnicas.

Notícias Relacionadas:

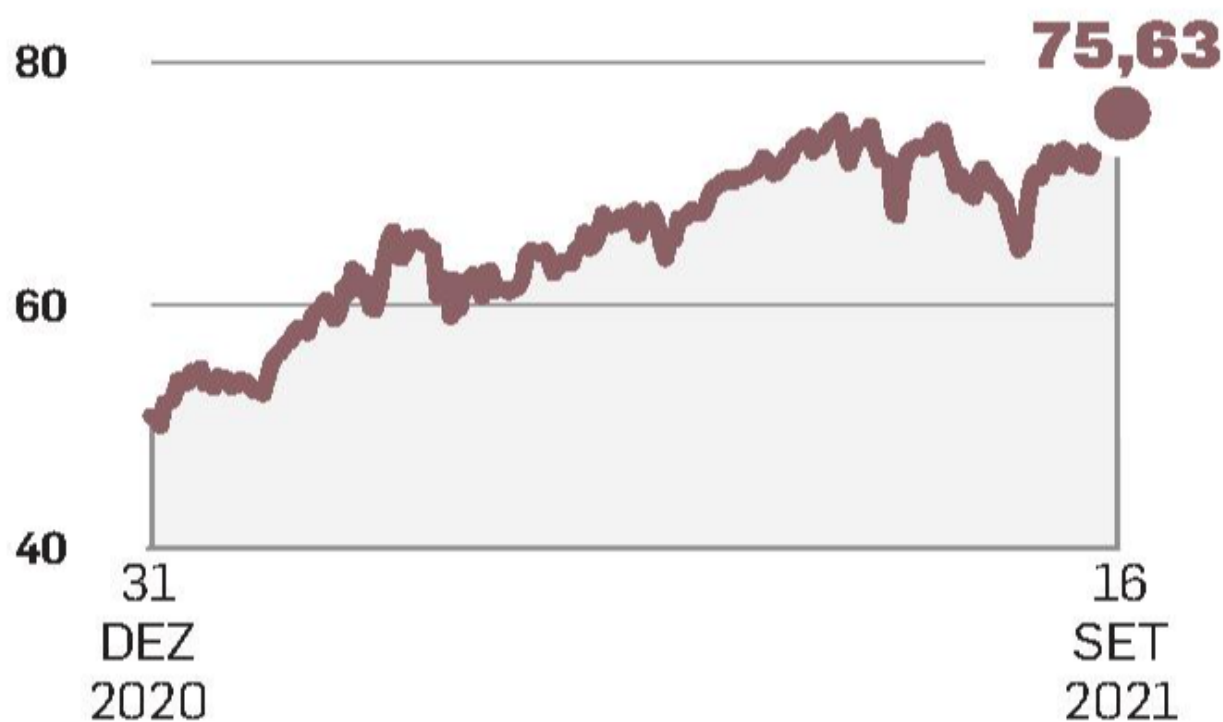
O LIBERAL - BELÉM - PA

Outra vez, pressões para tabelar os combustíveis

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM ALTA

● Preço do barril de petróleo Brent EM DÓLARES POR DIA



FONTE: BROADCAST

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O senhor da inflação (Artigo)

Roberto Troster

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187008?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187008?page=1§ion=1

Bolsonaro aumenta o IOF



» LUANA PATRIOLINO

Para financiar uma das principais promessas de campanha eleitoral, o presidente da República, Jair Bolsonaro, editou um decreto, na noite de ontem, aumentando o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) nas operações de crédito para pessoas jurídicas e físicas. A medida valerá entre 20 de setembro a 31 de dezembro de 2021. Para bancar o plano, o decreto presidencial deve elevar a alíquota anual do IOF de 1,5% para 2,04% para pessoas jurídicas. Isso representa uma alta na alíquota diária de 0,0041% para 0,00559%. A elevação resultará numa arrecadação estimada em R\$ 2,4 bilhões. Segundo o governo, a ideia é levantar os recursos para aumentar o número de beneficiários do programa social. Atualmente, 14,6 milhões de famílias dependem do auxílio. De acordo com o Palácio do Planalto, 17 milhões serão atendidas pelo Auxílio Brasil, que deve entrar em vigor em novembro - com o aumento do imposto.

O decreto assinado pelo presidente entra em vigor imediatamente, segundo nota da Secretaria-Geral da Presidência da República. "A referida medida irá gerar um aumento de arrecadação estimado em R\$ 2,14 bilhões. Esse valor permitirá a ampliação do valor destinado ao programa social Auxílio Brasil, cujo novo valor entrará em vigor ainda no ano de 2021. A medida irá beneficiar, diretamente, cerca de 17 milhões de famílias e é destinada a mitigar parte dos efeitos econômicos danosos causados pela pandemia", diz o **comunicado** oficial. O anúncio ocorreu após longa reunião do presidente com o ministro da Cidadania, João Roma, e integrantes de outras pastas, para discutir a ampliação dos gastos na área social. O Auxílio Brasil é uma das principais apostas do governo para melhorar a popularidade do presidente, que

atingiu recorde de rejeição. Segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem, 53% dos brasileiros não aprovam o presidente.

Especialistas opinam

Economistas ouvidos pelo Correio divergem sobre a decisão tomada pelo governo. Para o economista Roberto Luiz Troster, o governo está cavando um buraco grande amanhã para tampar um buraco pequeno hoje. E as consequências serão menos crescimento e mais desemprego, pois o IOF maior terá impacto no ritmo da atividade. "O Brasil é o único país do mundo que tributa dívidas", afirma.

"O aumento do IOF é uma solução politicamente fácil. O ideal seria consolidar os programas sociais e mudar as regras com gastos obrigatórios. Isso passa, por exemplo, por uma reforma administrativa ampla", disse o economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovani.

No entanto, o economista-chefe da JF Trust Gestão de Recursos, Eduardo Velho, avalia a atuação como positiva. "De um lado, essa arrecadação ajuda, em parte, qualquer atribuição de receita do pacote tributário. De outro, reduz pressão de demanda pelo crédito, pela **inflação**. Reforça também que o Banco Central não vai acelerar outros juros, ele vai manter o ritmo", afirmou. Para o economista Ricardo Rocha, do Insper, a solução é a mais prática. "Arrecada mais rápido. Não inibe a demanda de serviços. Aumenta o custo do serviço ou do crédito. Não afeta os bancos. Acredito que é muito marginal no início da percepção de custo por parte dos tomadores, porque precisa do capital de giro. Foi uma opção que o governo tomou", disse.

Caixa corta juros da casa própria



» INGRID SOARES

A Caixa Econômica Federal (CEF) anunciou ontem a redução dos juros da casa própria na modalidade de financiamento habitacional atrelada à poupança. A taxa, que está em 3,95% ao ano mais o rendimento da caderneta de poupança, vai cair 0,4 ponto percentual, para 2,95% ao ano, segundo anunciou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães. A medida entra em vigor em 18 de outubro.

Guimarães alegou que o banco tem em carteira mais de R\$ 200 bilhões em títulos públicos com rendimento pela taxa básica de juros, a Selic. "Quanto maior a Selic, maior o meu ganho. Por causa disso, nós vamos reduzir o spread, especificamente, na linha de poupança. Ninguém aqui vai querer dar canetada até porque os executivos da Caixa são muito bons", disse.

No entanto, os juros cobrados na linha tradicional, indexada à TR (Taxa Referencial), e nas modalidades corrigidas pela **inflação** e com juros fixos continuam inalterados. O presidente da Caixa completou, porém, que há espaço para discutir eventuais reduções nessas linhas.

"Nem acho que faz sentido matematicamente a gente ter taxas maiores. Nosso spread aumentou. Quanto maior a taxa de juros Selic, maior é o ganho de todo o banco, que tem mais captação barata. Se você tem uma captação muito inferior ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a Selic cresce, o CDI vai subir e seu spread aumenta. Sentimos que tinha espaço para reduzir as taxas de juros neste segmento ligado à poupança. A gente fez essa primeira redução. A gente quer entender mais de vocês, entender análises, mas, na nossa opinião, existe espaço para várias outras discussões", acrescentou.

A informação de redução de juros já havia sido comentada pelo presidente da estatal, Pedro Guimarães, em evento no Palácio do Planalto no último dia 13. O movimento, porém, é inesperado, já que há tendência de alta na taxa básica de juros. Em agosto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu, pela quarta vez seguida, aumentar a Selic, que atualmente está em 5,25% ao ano. Segundo projeções de analistas ouvidos pelo BC para o Boletim Focus, espera-se que a taxa suba mais até o fim de 2021 e encerre o ano em 8%.

Além disso, o movimento da Caixa é contrário ao dos bancos privados. Com a alta da Selic, boa parte dessas instituições aumentou os juros cobrados nos financiamentos habitacionais. Segundo informações da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF), a taxa média, que era de 6,3% em março, chegou a 7,15% ao ano.

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França considerou positiva a redução dos juros para o crédito imobiliário. Segundo ele, a decisão ajudará no enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, estimado em 7,8 milhões de residências, e tornará o mercado imobiliário mais acessível à população. "Essa medida torna mais forte um setor que mexe com 97 atividades econômicas, e foi realizada sem comprometer a rentabilidade da Caixa, que hoje é equivalente a de bancos privados", afirmou.

Brasileiros estão pessimistas com o futuro

» **GABRIELA CHABALGOITY ***

Apesar da reabertura dos comércios e da leve retomada na economia brasileira, a população ainda se sente pessimista com o futuro da situação financeira do país. De acordo com a pesquisa trimestral Radar Febraban de evolução da expectativa econômica dos brasileiros, dois terços da população dizem esperar uma melhora econômica somente a partir do ano que vem. A pesquisa foi realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) com 3.000 pessoas entre 2 e 7 de setembro. A margem de erro é de 1,8 ponto percentual para mais ou para menos.

"Mesmo com a projeção de crescimento do **PIB** em 2021 entre 5% a 5,5%, o avanço da vacinação contra a covid-19, e a flexibilização de boa parte das restrições impostas em todos os setores, a maioria da população permanece apreensiva, temendo a piora nos próximos seis meses do desemprego, inflação e poder de compra", explicou a Febraban, em nota. Além disso, o estudo mostrou que apenas 9% dos entrevistados acreditam em uma recuperação solidificada da atividade doméstica ainda em 2021. Em relação à própria situação financeira, 55% dos entrevistados não esperam se recuperar ainda este ano. Quando comparado a pesquisas anteriores, os resultados mostram que o pessimismo do brasileiro aumentou. Em junho, foram 52% os que disseram não ver perspectivas de melhorias em sua situação. Apenas 18% responderam ter a expectativa de melhorar a situação financeira neste ano, queda de cinco pontos percentuais em relação a junho.

Entre os principais fatores que contribuem para um pessimismo da população, podem ser citados o aumento do desemprego e a queda do poder de compra, a elevação da inflação, do custo de vida e da taxa de juros. Olhando para o futuro, 75% dos entrevistados esperam que os juros, a inflação e consequentemente, o custo de vida, aumentem nos próximos seis meses. Sobre o desemprego e queda no poder de compra, cerca da metade espera que essas taxas aumentem no mesmo período de tempo citado. * Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Além da vacinação (Editorial)

O avanço da vacinação contra a covid-19 por todo o país, mesmo com o Ministério da Saúde suspendendo a aplicação em jovens entre 14 e 17 anos sem comorbidades, permitirá ao Brasil retomar as atividades, ainda que dentro de um "novo normal". São quase 140 milhões de brasileiros que já receberam pelo menos a primeira dose, o equivalente a 65,58% da população. Os que estão totalmente imunizados (com duas doses ou dose única) somam 76,7 milhões (cerca de 36%). A expectativa é de que a evolução dos números acelere, o que deve permitir flexibilizar ainda mais as restrições a atividades econômicas, favorecendo o setor de serviços, mais duramente afetado pela pandemia.

Esse segmento vem se beneficiando da reabertura progressiva das atividades, registrando crescimento de 1,1% em julho na comparação com junho, com ganho de 5,8% nos quatro meses até julho. Esse avanço se deve, basicamente, à reabertura de bares, restaurantes, salões de beleza, entre outros que prestam serviços às famílias; à retomada das viagens impulsionando o transporte de pessoas e a rede hoteleira do país. Com peso de mais de 60% na composição do **PIB**, o setor de serviços contribuiu para o aumento de 0,6% do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), que funciona como uma prévia do **PIB**.

É uma reação, mas tímida e sem fôlego, para assegurar sustentabilidade ao crescimento da economia por mais tempo e para garantir a anunciada retomada econômica, após o arrefecimento da pandemia. Essa volta à normalidade vai ocorrer exatamente no momento em que cessa o pagamento do auxílio emergencial, que se tornou única fonte de recursos para famílias que perderam o emprego e engrossam o batalhão de mais de 14 milhões de desempregados em todo o país. Pelas projeções das instituições financeiras, a esperada retomada não virá, pelo menos não com a força necessária para fazer face às necessidades do Brasil, seja de investimentos em infraestrutura para evitar novas crises hídricas e risco de racionamento de energia elétrica e para reduzir gargalos logísticos, que nos deixam reféns do transporte pelas rodovias, seja de abertura de postos de trabalho e redução da desigualdade social.

No contexto atual, com várias casas do mercado financeiro reduzindo a projeção de crescimento de 2022 para menos de 1% e elevando a **inflação** para acima do centro da meta, há necessidade que se tenha senso de urgência na adoção de reformas e

medidas que efetivamente favoreçam o ambiente econômico, reduzam a pressão sobre o real e tragam o dólar para um patamar abaixo de R\$ 5 e combatam a **inflação** galopante que corrói o poder de compra e nos traz à memória tempos passados.

O vírus é inimigo a ser derrotado e, agora, ainda temos a **inflação** como grande vilã, que dilapida o poder de compra da população e pressiona os custos em todos os segmentos. É preciso lembrar que há outros adversários do crescimento econômico, como a crise hídrica e os impactos da estiagem sobre o agronegócio. A sensação é de que a pandemia vai passar, mas a febre, não. É preciso combatê-la após controlar a doença.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Além da vacinação

Rejeição a Bolsonaro segue em alta e é recorde após 7/9, diz Datafolha



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) participa de cerimônia no Palácio do Planalto. Foto: Lemos / Uesf-2/Imagem

Igor Gielow

Após a semana mais tensa de seu mandato, na qual pregou golpismo para multidões no 7 de Setembro, o presidente Jair Bolsonaro segue com sua reprovação em tendência de alta. Ela chegou a 53%, pior índice já registrado em seu mandato.

Foi o que aferiu o Datafolha nos dias 13 a 15 de setembro, quando o instituto ouviu presencialmente 3.667 pessoas com mais de 16 anos, em 190 municípios de todo o país. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos.

A oscilação positiva dentro da margem de erro em relação ao recorde apontado em levantamento feito em julho, de 51% de reprovação, dá sequência à curva ascendente desde dezembro de 2020.

O presidente é avaliado como bom ou ótimo por 22%, oscilação negativa dos 24% da pesquisa anterior, que já indicava o pior índice de seu mandato. O consideram regular 24%, mesmo índice de julho.

Isso sugere que as cenas do 7 de Setembro, com a avenida Paulista cheia por exemplo, reproduzem uma fotografia do nicho decrescente do bolsonarismo entre a população. Se queria fazer algo além de magnetizar fiéis, Bolsonaro fracassou.

Por outro lado, o recuo do presidente após a pressão institucional contra a retórica golpista mirando o Supremo Tribunal Federal, também não trouxe impacto perceptível, como queda abrupta de apoio ao presidente na sua base -o que havia sido aferido nas interações de rede social.

Essa tendência de rejeição segue constante neste ano, após um 2019 marcado pelo racha em três partes iguais da opinião da população sobre o presidente e um 2020 que o viu se recuperar da resposta errática à pandemia da Covid-19 com a primeira fase do auxílio emergencial aos afetados pela crise.

Neste ano, com a ajuda menor, não houve reação. A agudização da crise política após a cooptação final do centrão como um seguro contra impeachment, por opção exclusiva de Bolsonaro, se mostra uma aposta insuficiente em termos do conjunto da população.

Também não houve uma mudança que possa ser atribuída aos esvaziado atos convocados por entidades de direita no domingo passado (12).

Não faltaram crises desde o mais recente levantamento do Datafolha. Bolsonaro fez desfilar tanques e blindados em Brasília, sem sucesso na tentativa de intimidar o Congresso que não aceitou a volta do voto impresso.

A economia registra problemas em série, a começar pela alta da **inflação** e da ameaça de crise energética no horizonte próximo.

O estouro do teto de gastos é uma hipótese cada vez mais comentada, e há pouca margem de manobra orçamentária para apostar numa recuperação de popularidade amparada em pacotes populistas.

Isso tem levado ao desembarque de setores usualmente simpáticos ao Planalto, como parte do agronegócio e do mercado financeiro. Fora a contínua crise sanitária que já levou quase 590 mil vidas no país e a percepção de corrupção federal evidenciada na CPI da Covid.

Nesta rodada, o Datafolha identificou um aumento mais expressivo de rejeição entre quem ganha de 5 a 10 salários mínimos (41% para 50%, de julho para cá) e entre as pessoas com mais de 60 anos (de 45%

para 51%).

Significativamente, Bolsonaro passou a ser mais rejeitado no agregado das regiões Norte e Centro-Oeste (16%), onde costuma ter mais apoio e de onde saíram muitos dos caminhoneiros que ameaçaram invadir o Supremo após o 7 de Setembro.

Sob muitos protestos, eles depois foram demovidos pelo pressionado presidente.

Lá, sua rejeição subiu de 41% para 48%, ainda que esteja marginalmente abaixo da média nacional.

O perfil de quem rejeita o presidente segue semelhante ao já registrado. Péssima notícia eleitoral, já que perfazem 51% da população na amostra, 56% daqueles que ganham até 2 salários mínimos o acham ruim ou péssimo, assim como 61% com curso superior (21% da amostra).

Aqui, nas camadas das menos ricas e escolarizadas, há um lento espriamento das visões negativas sobre o presidente. Na já citada camada de quem ganha até 2 mínimos, em julho eram 54% os que o rejeitavam. Na daqueles que recebem de 2 a 5 mínimos, a rejeição foi de 47% para 51%, oscilação positiva no limite da margem de erro.

Ambos os grupos somam 86% da população na amostragem do Datafolha. Outro grupo importante, o daqueles com ensino fundamental (33% da amostra) viu uma subida ainda maior, de 49% para 55%, enquanto houve estabilidade (49% para 48%) entre quem cursou o nível médio (46% dos brasileiros).

Em nichos, há rejeições bastante expressivas entre os gays ou bissexuais (6% dos ouvidos), de 73%, e entre estudantes (4%): 63%.

Na mão contrária, os mais ricos são o grupo em que a reprovação mais caiu de julho para cá, de 8% para 4%, retomando pontualmente correlação que remonta à campanha que levou o capitão reformado à Presidência.

Entre eles, 36% o consideram ótimo e bom. Integram esse contingente 3% da população pesquisada. O Sul (15% da amostra), bastião do presidente desde 2018, segue avaliando ele melhor do que outras regiões: 28%.

Pormenorizando, os empresários (2% dos ouvidos) permanecem com os mais fiéis bolsonaristas, com 47% de aprovação. É o único grupo em que o ótimo e bom supera o ruim e péssimo (34%).

No segmento evangélico (26% da amostra), outra

base de apoio do presidente, as notícias não são muito boas para Bolsonaro.

Desde janeiro, a reprovação já subiu 11 pontos, e está superior (41%) à sua aprovação (29%). Na rodada anterior, havia empate técnico (34% a 37%, respectivamente).

Isso ocorre em meio à campanha por ora frustrada de emplacar o ex-advogado-geral da União André Mendonça, que é pastor, para o STF.

A tensão institucional foi das maiores de um governo já acostumado a bater recordes no setor. Igualmente, Bolsonaro só perde para Fernando Collor de Mello (então no PRN) em impopularidade a esta altura do mandato, contando aqui apenas presidentes eleitos para um primeiro mandato.

O hoje senador tinha neste ponto de seu governo, à beira da abertura do processo de impeachment que levou à sua renúncia, 68% de rejeição, ante 21% de avaliação regular e só 9% de aprovação.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) registrava 16% de ruim e péssimo, 42% de regular e 39% de aprovação.

O petista Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, marcava 23%, 40% e 35%, respectivamente, e sua sucessora Dilma Rousseff (PT), semelhantes 22%, 42% e 36%.

-

Para 54%, condução do combate à Covid é ruim ou péssima

Para 54% dos brasileiros, Jair Bolsonaro conduz o combate à pandemia da Covid-19, que já matou quase 590 mil pessoas no país, de forma ruim ou péssima.

É o que aponta a nova pesquisa do Datafolha. A reprovação supera em muito a aprovação, de 22%, e o índice de pessoas que consideram o trabalho do presidente com o regular, também de 22%.

Em relação à rodada anterior do instituto, feita em julho, o quadro é de estabilidade.

Ali, 56% rejeitavam a conduta do mandatário máximo na crise sanitária, enquanto 21% a achavam regular e os mesmos 22%, boa ou ótima.

O resultado mostra que o avanço da vacinação, que atingiu até a noite de quarta (15) 67,5% da população com ao menos uma dose e 36%, como esquema de imunização completo, não é necessariamente

associado ao trabalho do governo federal.

Isso é um reflexo direto da atitude negacionista adotada por Bolsonaro. Como a CPI da Covid apontou, a compra das vacinas da americana Pfizer teve atraso de pelo menos três meses por má vontade e burocracia oficial. O presidente lidera uma real campanha contra a Coronavac, o imunizante de origem chinesa trazido por seu rival João Doria (PSDB), o governador paulista cuja insistência em um programa próprio de vacinação acabou por fazer o Ministério da Saúde acelerar a ação federal.

A disputa segue além da retórica, com o ministro Marcelo Queiroga às turras com o tucano acerca de distribuição de vacinas e uso da Coronavac em terceira dose para idosos e imunossuprimidos.

Queiroga foi autor da pérola segundo a qual há vacinas sobrando no Brasil, dita na quarta para negar problemas de distribuição, enquanto estados suspendiam suas inoculações de segunda dose devido ao problema. Isso fora a notória defesa de Bolsonaro, refletida em ações de governo, de remédios sem comprovação de eficácia.

E a sucessão de tragédias, talvez simbolicamente resumidas na emergência da variante gama em Manaus.

Consideram a atuação de Bolsonaro mais reprovável as mulheres (53% dos ouvidos), com 58% de ruim ou péssimo. Jovens de 16 a 24 anos (64% de rejeição e 17% da amostra) e quem tem curso superior (65% de rejeição, 21% da amostra) completam o quadro negativo.

O presidente vai melhor entre os mais ricos. Para 33% dos que ganham de 5 a 10 mínimos e 39% de quem recebe mais de 10 mínimos, ele faz um trabalho ótimo ou bom. O grupo perfaz 10% da amostra pesquisada.

Bolsonaro diz que "Datafolha não é parâmetro para nada"

Em sua live semanal na nesta quinta (16), Bolsonaro evitou comentar os resultados da pesquisa Datafolha. "Datafolha falou que eu tenho 53% de rejeição. Datafolha não é parâmetro para nada" disse.

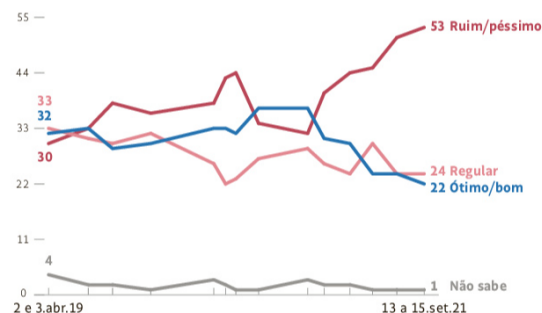
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

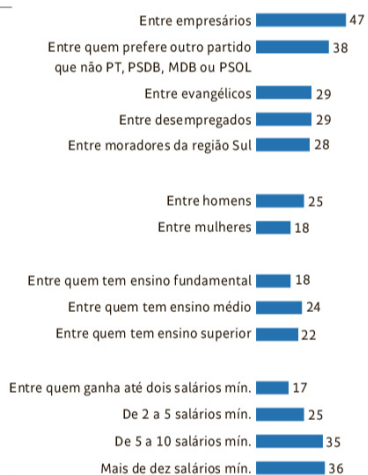
71

Reprovação a Bolsonaro bate recorde e atinge 53% dos brasileiros

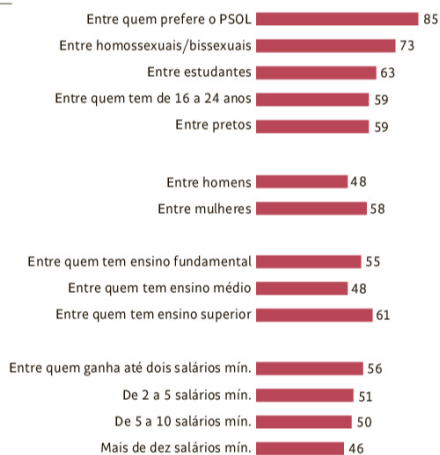
Resposta estimulada e única, em %



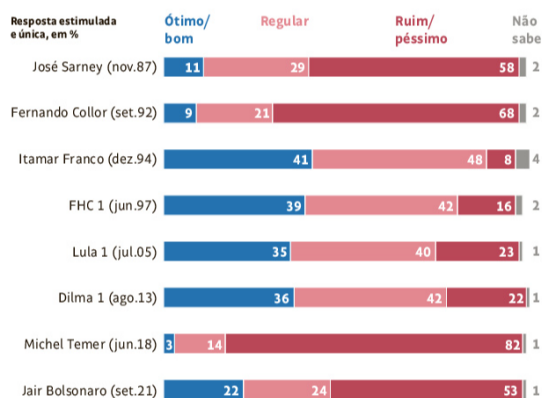
Aprovam o governo de Bolsonaro



Reprovam o governo de Bolsonaro



Comparação com outros presidentes em períodos similares de governo

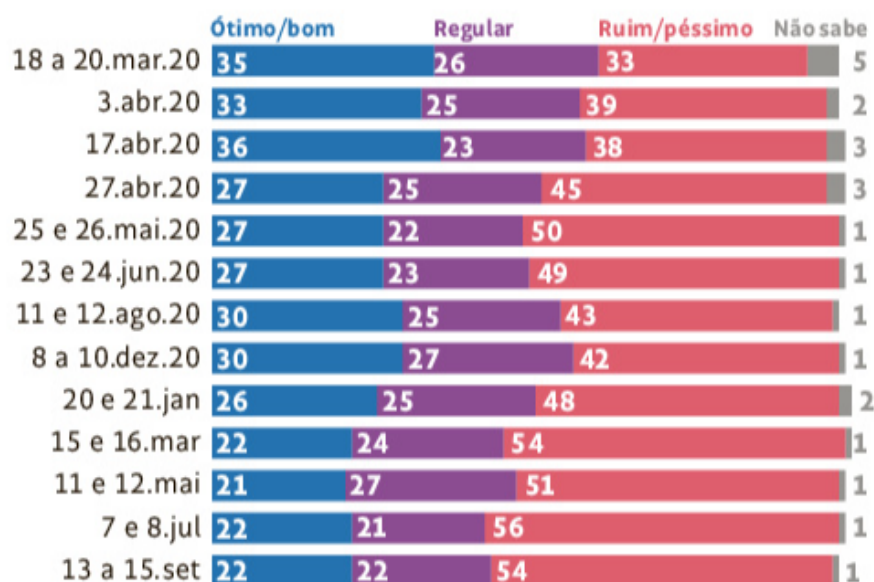


Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 3.667 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 13 e 15 de setembro. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

54% reprovam gestão de Bolsonaro contra a pandemia

Resposta estimulada e única, em %

Avaliação de Jair Bolsonaro



Aprovam a gestão de Bolsonaro contra a pandemia

Resposta estimulada e única, em %



Reprovam a gestão de Bolsonaro contra a pandemia

Resposta estimulada e única, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 3.667 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 13 e 15 de setembro. A margem de erro máxima é de dois pontos percentuais para mais ou para menos

Pesquisa reflete hesitação das instituições sobre Bolsonaro (Artigo)

Mauro Paulino e Alessandro Janoni, Diretor-geral do Datafolha e Diretor de Pesquisas do Datafolha

O presidente Jair Bolsonaro testa não só os limites da democracia como também a paciência dos brasileiros. E pelos dados do Datafolha divulgados nesta quinta-feira (16), a opinião pública reproduz a dinâmica das instituições do país -emite, na maior parte dos casos, avaliações críticas ao presidente, mas mantém-se inerte, em distância segura.

Diante da técnica do morde e assopra que permeia a crise entre os Poderes, a população assiste às ameaças na espera de quem pisca primeiro. As oscilações dentro da margem de erro desenham um cenário parecido com o da pesquisa anterior, realizada em julho, mas preenchem com mais algumas gotas um copo que ainda se mostra pela metade: meio cheio, meio vazio, dependendo do referencial.

A perspectiva negativa, sob a ótica do governo, está no diagnóstico geral -Bolsonaro alcança recorde de impopularidade, a maioria dos eleitores quer seu impeachment e o rejeita como candidato para 2022, uma disputa ainda liderada com folga por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além disso, defendem a democracia e enxergam alguma ameaça nos arroubos autoritários do presidente.

A tendência negativa da curva de avaliação de seu mandato mantém-se. O colapso do sistema de saúde, o número expressivo de mortes na pandemia, auxílio emergencial insuficiente, **inflação** e as denúncias envolvendo o governo na CPI da Covid fizeram a imagem de Bolsonaro derreter em todos os segmentos da população no decorrer deste ano.

Comparando-se com dezembro do ano passado, o crescimento na reprovação ao presidente totaliza agora 21 pontos percentuais e a queda nas taxas de ótimo ou bom soma 15 pontos em período equivalente.

Para quem ficou surpreso com o número de manifestantes pelas ruas do país no último 7 de Setembro, vale o alerta: o índice de eleitores que querem seu impeachment e dos que o rejeitam como candidato à reeleição é cerca de cinco vezes maior do que o de bolsonaristas fiéis.

Pela segmentação de escala elaborada pelo

Datafolha, que considera variáveis como voto declarado, confiança e avaliação, esse estrato corresponde hoje a 11% dos brasileiros (já foi 17%).

É um subconjunto que carece de representatividade social. São na maioria homens, com idade e renda acima da média da população. Também há maior participação dos que se autoclassificam brancos e evangélicos. Para a maioria dos 89% restantes, as manifestações desse pequeno grupo tanto nas ruas quanto em redes sociais configuram ameaça à democracia brasileira.

Já na perspectiva positiva para o governo, alguns detalhes da pesquisa podem trazer otimismo para Bolsonaro.

Mesmo com suas bravatas autoritárias, a intensidade do crescimento de reprovação à sua gestão foi um terço da verificada entre maio e julho, quando aumentou seis pontos percentuais -agora oscila dois. Isso porque boa parte dos entrevistados relativiza as chances de um golpe promovido pelo presidente.

O que poderia ser um recorde ainda mais expressivo de impopularidade foi freado por avanço da vacinação, crescente percepção de controle da pandemia, flexibilização e o arrefecimento de novas denúncias na CPI da Covid. Depois de tantas polêmicas, ele poderia até comemorar o fato de não ser considerado ruim ou péssimo por 47% dos brasileiros.

O índice dos que querem o impeachment do atual ocupante do cargo, apesar de majoritário, é menor do que o dos ex-presidentes impedidos, Dilma Rousseff (PT) e especialmente Fernando Collor (então no PRN).

Em alguns segmentos, uma aparente resiliência fica mais clara, como por exemplo entre os de maior renda. É um grupo estratégico para Bolsonaro, o primeiro a despertar para o então candidato do PSL nas eleições de 2018 e que foi abandonando o barco diante de sua fraca gestão na crise sanitária.

Na pesquisa atual, é o único estrato onde se observa refluxo importante (12 pontos percentuais) nas taxas de reprovação ao governo. Além disso, apesar de ser um conjunto que declara apreço pela democracia, avalia mal o STF (Supremo Tribunal Federal) e é o que menos vê chances de um golpe protagonizado

pelo presidente.

Há de se aguardar novos levantamentos para confirmar se os mais ricos anteciparão ou não movimentos que poderiam se espalhar por outros conjuntos, como aconteceu há quatro anos.

Nesse sentido, a economia torna-se vetor essencial. A maioria dos entrevistados ainda não atribui a Bolsonaro responsabilidade total pelo desemprego, pela **inflação** e pela crise energética. No entanto, entre os que o rejeitam como candidato, o índice dos que têm renda de até dois salários mínimos é maior em 4 pontos percentuais, o que garante recall positivo de Lula e eventual espaço para uma terceira via.

Para Bolsonaro, que já teve o apoio de boa parcela desse segmento quando pagou o auxílio emergencial do ano passado, resta esclarecer como incrementará valor e alcance do Bolsa Família, ou Auxílio Brasil, política fundamental para tentar reverter sua rejeição.

O Datafolha acompanhará, como faz há quase 40 anos, a história de mais esse episódio da democracia brasileira. Mas pode deixar de contar os últimos capítulos.

Mudanças no código eleitoral, já aprovadas na Câmara e que impedem os institutos de divulgarem pesquisas na véspera da eleição, privarão vossa excelência, o (e)leitor, de informações legítimas e úteis para a definição do voto. Mais ou menos como obrigar-se a tomar de um copo no escuro, sem saber o que ele traz e se está mais cheio ou vazio.

Mauro Paulino e Alessandro Janoni, Diretor-geral do Datafolha e Diretor de Pesquisas do Datafolha

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

71

Guedes quer o STF contra as oposições - REINALDO AZEVEDO

REINALDO AZEVEDO

Paulo Guedes pode ser tão virulento como Jair Bolsonaro. Eventualmente mais, já que os patógenos políticos e ideológicos que vão em sua mente têm um pouco mais de bibliografia. Menos, é certo, do que ele dá a entender. Não importam, como se sabe, os volumes que se leram, mas o que se reteve do que foi lido. A metáfora é óbvia: traças também devoram livros e não viram Schopenhauer.

Na fábula do infantilismo político que se tentou construir no Brasil, o ministro dito liberal conferiria uma face de eficácia e modernidade ao discurso atrasado do chefe, um reacionário delirante. O enlace desses seres ditos distintos e complementares era mera "fanfic" da direita xucra.

O ministro é o maior produtor de teses "ad hoc" do país. Em questão de horas, aquele que se diz pronto para uma interlocução madura entre os Poderes pode partir para a vulgaridade conspiratória e tratar negócios de Estado com a sofisticação de um bêbado inflamado de boteco.

Nem Bolsonaro nem ele próprio estão preparados para seus respectivos papéis. Um foi eleito nas circunstâncias conhecidas -e não vou sintetizá-las agora-, e o outro foi oferecido como âncora de confiabilidade. No desenho da prancheta, Guedes blindaria a economia das ignorâncias do supremo mandatário.

Durante algum tempo, a fantasia parecia eficiente a depender do índice para o qual se olhasse. Mas eis-nos aqui: com a inflação nas alturas e o crescimento do ano que vem caminhando para o buraco. Guedes, claro!, tem os culpados -entre estes, estariam os "negacionistas" do que ele considera sucessos inéditos de sua gestão. Parece-me desnecessário esfregar os números na cara do ministro.

Interessa-me a questão política. Nesta quarta-feira (15), num seminário em companhia de Luiz Fux, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o titular da Economia fez um apelo para que o tribunal o ajude na questão dos precatórios.

Se o governo tiver de pagar os R\$ 89,1 bilhões que meteu no Orçamento de mentirinha, não sobram

recursos para turbinar o rebatizado Bolsa Família, entre outras dificuldades. Mais: estimaram-se para este ano um INPC de 6,2% e um IPCA de 5,9%. A inflação está na casa dos 9%. Um erro de análise de 50%!

No "Auxílio Brasil" está o fiapo da esperança (re)eleitoral de Bolsonaro. Da "retomada em V", vai restar, no ano que vem, um traço, com possibilidade razoável de recessão. Culpa dos "negacionistas" do seu sucesso! Fizeram disparar os preços dos alimentos, dos combustíveis e da energia, sem contar a pressão cambial, que vira inflação. Aí o Banco Central, agora "independente", eleva juros, o que deprime o crescimento. Negacionistas!

A PEC dos precatórios é, por óbvio, um calote. Existe o risco objetivo de que o Supremo a declare inconstitucional se aprovada pelo Congresso. Assim, em seminário para pessoas de fino trato, Guedes dirigiu a Fux um "pedido desesperado de socorro". Simulava o padrão de um homem do diálogo. Ali, não era o caso de excitar e incitar a turba. O tom mudaria radicalmente, no entanto, numa entrevista poucas horas depois.

Aí, falando à militância, mandou bala: "Curiosamente, [os precatórios] caem sobre nosso governo e [vão] para dois ou três estados que são oposicionistas. É evidente que não vou achar que é a politização da Justiça. Não vou achar. Não posso acreditar nisso, mas eu tenho que pedir ajuda ao Supremo".

Ele se referia a Ceará, Bahia e Pernambuco, que não são formados por "oposicionistas", mas por cearenses, baianos e pernambucanos. Bolsonaro não anda muito popular por lá e em lugar nenhum. O truque retórico é primário, vulgar. Obviamente, está sugerindo, ainda que o negue de modo irônico, a existência de uma ação concertada da Justiça em benefício das oposições.

Logo, o apelo de Guedes a Fux se esclarece: está pedindo, de forma "desesperada", que o Supremo seja parceiro no calote a estados governados por oposicionistas. A lógica embutida na formulação delinquente é dele, não minha.

O STF, assim, terá de decidir se colabora com o governo, mas não com uma decisão pautada pela

razoabilidade e pela economicidade. Trata-se de uma empreitada contra as oposições -eleitoreira, portanto. As palavras fazem sentido.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

71

Sólida reprovação (Editorial)

A popularidade de Jair Bolsonaro continua a diminuir, em ritmo menor, mas significativo, indicam os números da pesquisa Datafolha realizada nesta semana.

O governo é considerado ruim ou péssimo por 53% dos brasileiros aptos a votar e ótimo ou bom por 22%. Em julho, as taxas eram de 51% e 24%, respectivamente. A diferença, portanto, passou de 27 pontos negativos para 31. Em dezembro de 2020, auge do prestígio presidencial, apurou-se um saldo positivo de 5 pontos.

As taxas de aprovação de Bolsonaro jamais foram muito expressivas. Ele teve 37%, sua melhor avaliação, apenas entre agosto e dezembro do ano passado -período em que o governo pagava um auxílio emergencial maior e uma complementação de salário.

Como de hábito, a avaliação do governo é pior entre mulheres, mais pobres, moradores do Nordeste e mais jovens. Mesmo na região Sul, em que o mandatário colhe resultados menos ruins, a taxa de reprovação é de 44%.

Se a retomada da economia parecia a melhor aposta para uma mudança de humores do eleitorado, a situação de Bolsonaro nessa frente vai se tornando dramática.

Mesmo com manobras orçamentárias, reduz-se o espaço para a prometida ampliação do Bolsa Família. As projeções para o crescimento econômico no próximo ano recuam para o patamar de 1%; as perspectivas de escassez de água e energia elétrica agravam o quadro.

O desemprego tende a permanecer alto por muito tempo, e mesmo algum alívio entre pobres e informais é ofuscado pelo impacto da alta da **inflação**. Não haverá tão cedo aumento de rendimentos do trabalho que supere de modo notável as perdas do poder de compra.

Difícil conceber outras áreas de atuação que permitam a Bolsonaro somar pontos a seu favor.

Não tem como apagar o desastre que promoveu na saúde e a mortandade provocada pela Covid-19; pode, quando muito, apostar no esquecimento ou na complacência do eleitorado. Não tem nem terá realizações de governo a apresentar, pois, afinal, não governa.

O que faz para reter seu eleitorado mais fervoroso - atos antidemocráticos, pregação de ódio, manifestação de preconceitos variados contra a diversidade humana- alimenta a sua reprovação entre estratos majoritários da sociedade. Mesmo aos fiéis, que decepcionou com um recuo recente, nada tem a apresentar além de falatório.

Sua impopularidade não é circunstancial, motivada por algum revés inesperado. Trata-se de tendência consistente, correlacionada com a tensão política e econômica e, tudo indica, de difícil reversão.

Notícias Relacionadas:

AGORA - SÃO PAULO - SP
Sólida reprovação

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49671>

Banco francês vê juro de 10% no Brasil neste ano e defende pagar precatório fora do teto

Eduardo Cucolo

O banco francês BNP Paribas diz que a **inflação** no Brasil pode voltar a rodar na casa de 4,5%, anulando os ganhos dos últimos anos, e projeta que o Banco Central deve elevar a taxa básica de juros para 10% ao ano até o fim de 2021.

As novas projeções divulgadas nesta quinta (16) mostram uma **inflação** recuando de 9% em 2021 para 4,5% no próximo ano, valor próximo do limite definido pelo governo de 5% para 2022 e acima da expectativa do Boletim Focus de 4%.

A **inflação** ainda vai rodar na casa de 8% até abril do ano que vem no acumulado em 12 meses, segundo Gustavo Arruda, economista-chefe e responsável pela área de pesquisa e estratégia para América Latina do BNP Paribas.

O crescimento da economia deve recuar de 5% neste ano para 1,5% em 2022 -a projeção anterior do banco para o próximo ano era de 3%.

O economista afirma que o BC já deveria acelerar o ritmo de alta de juros na reunião da próxima semana do Copom (Comitê de Política Monetária) de 1 para 1,5 ponto percentual, mas destaca que a instituição sinalizou nesta semana que não deve alterar o passo. No ritmo atual, a taxa básica não conseguiria chegar o nível contracionista até o final do ano.

"Se já se concluiu que a política monetária tem de ir para o campo restritivo, e ela ainda está no campo expansionista, porque não fazer mais rápido?. Não tem muito motivo para esperar. Se a gente não fizer logo, aumenta o risco de ter de fazer mais."

Ele diz que, se o Copom tiver de subir juros não só para a justar **inflação** para baixo mas também ajusta as expectativas de **inflação** para a meta, a ação necessária pode até levar o país a uma recessão, como já houve em outros momentos.

Na avaliação do banco, o cenário internacional ainda é de forte crescimento global, impulsionado por estímulos em países desenvolvidos, e também de

mais **inflação**.

Arruda afirmou ainda que as projeções consideram que a crise hídrica terá impacto inflacionário relevante, mas não deverá afetar o crescimento em 2022. Um cenário de racionamento, no entanto, poderia deixar o crescimento da economia próximo de zero.

Sobre a questão fiscal, disse que o banco trabalha com uma solução que é a retirada da despesa com precatórios do teto de gastos.

"Parece a [solução] mais transparente, e acho que faz até mais sentido quando a gente pensa nos fundamentos do teto", afirma. "Precatório é decisão judicial. Faz sentido ele estar fora do teto."

Como mostrou a Folha, enquanto a equipe econômica trabalha para limitar o pagamento de precatórios em 2022, ganhou força no governo um plano para quitar os débitos integralmente e retirar essa despesa da contabilização da regra do teto. A ideia é apoiar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) elaborada pelo vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM).

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Aprovação entre evangélicos cai 11 pontos no ano

MARCO GRILLO marco.grillo@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Professores mal pagos para ensino com pouco investimento por aluno

RAPHAELA RAMOS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comissão da Câmara aprova parcelamento de precatório

PAULO CAPELLI E FERNANDA TRISOTTO
***economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em busca da nova 'folga fiscal' - ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro diz que vetará quarentena para juízes e policiais

EVANDRO ÉBOLIE BRUNO GÓES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>